

-----Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de Fevereiro -----  
---Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e quatro (sexta-feira) pelas dezasseis horas, teve lugar no Salão Nobre do Município de Pedrógão Grande, a sessão ordinária, com a seguinte ordem do dia: -----

**Ordem do Dia:**

1. **Período antes da Ordem do Dia** -----
  - 1.1.- **Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão anterior.** -----
  - 1.2.- **Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.** -----
  - 1.3.- **Apreciação por qualquer Membro de assuntos de interesse local.** -----
2. **Apreciação das informações escritas do Exmº Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) nº 2, art.º 25º -Lei nº 75/2013 de 12 setembro.** -----
3. **Apresentação e apreciação do “Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Pedrógão Grande”, do ano de 2023.** -----
4. **Apresentação e apreciação de “Modelos de Governação para a PETROENSINO- Ensino e Formação Profissional, Lda”.** -----
5. **Propostas da Câmara Municipal:** -----
  - 5.1.- **Apresentação e apreciação da “Declaração de Compromissos Plurianuais, Pagamentos em Atraso e Recebimentos em Atraso à data de 31 de dezembro de 2023”.** -----
  - 5.2.- **Apresentação, apreciação e votação da proposta do “Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situações de Emergência Social e Comprovada Insuficiência Económica de Pedrógão Grande”.** -----
  - 5.3.- **Apresentação, apreciação e votação da proposta da “Criação do Conselho Municipal da Saúde de Pedrógão Grande”.** -----
  - 5.4.- **Apresentação, apreciação e votação da proposta da “Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande”.** ---
6. **Intervenção do Público.** -----

-----Os Membros da Assembleia Municipal registaram as suas presenças no respetivo “Livro de Ponto”. -

-----A mesa da Assembleia Municipal é constituída pelos senhores: Dr. **Raul José Piedade Baptista Garcia** **Presidente da Assembleia Municipal** que presidiu à sessão, sendo secretariado pelo membro da Assembleia Municipal, Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, como **Primeiro Secretário** e pelo membro da Assembleia Municipal senhora Dr.ª **Nélia Maria Henriques Alves**, como **Segunda-Secretária**. -----

----Informou estarem a faltar justificadamente Membros da Assembleia Municipal, nomeadamente os senhores: Dr.ª **Magda Sofia Alves David** substituída pela Dr.ª **Dulce Filipa de Jesus Antunes**; Dr. **José Miguel de Jesus Pereira Barão**, substituído pela Dr.ª **Mafalda Inês David Coelho** da bancada do Partido Social Democrata; e os Senhores **Américo Augusto da Fonseca Rocha** e a Dr.ª **Susana Alexandra Antunes Dias José**, tendo a última sido substituída pela Dr.ª **Maria Teresa Denis da Silva**, ambos da Bancada do Partido Socialista. -----

-----A mesa da Assembleia Municipal é constituída pelos senhores: Dr. **Raul José Piedade Baptista Garcia**, Presidente da Assembleia Municipal, sendo secretariado pelos Membros da Assembleia Municipal, Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, **Primeiro Secretário** e pelo Membro da Assembleia Municipal senhora Dr.ª **Nélia Maria Henriques Alves**, como **Segunda-Secretária**. -----

-----A Câmara Municipal esteve representada pelos Presidente Dr. **António José Ferreira Lopes**; Vice-Presidente Dr. **Luís Filipe de Jesus Correia** e Vereadora Eng.ª. **Dora Cristina Antunes Santos Rodrigues** e o Vereador Eng.º **Nelson David Fernandes**. -----

-----Ponto um- **“Período antes da Ordem do Dia”** -----

-----1.1. **-Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão anterior.** -----

-----Usando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl Garcia**, questionou se todos os membros da Assembleia Municipal, já efetuaram as correções que entenderam necessárias ou se pretendiam fazer mais alguma, à ata nº **16 da sessão ordinária de 21 de dezembro de 2023**. -----

-----Seguidamente colocou a votação a **ata número dezasseis, da sessão ordinária de vinte e um dias de dezembro de dois mil e vinte e três** e deste modo foi **aprovada por maioria com uma abstenção** de um Membro que não esteve presente na mesma. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl Garcia**, prosseguiu com os trabalhos e em relação ao ponto **1.2.-“Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente”**, referiu que a correspondência foi remetida aos membros da Assembleia Municipal por correio eletrónico, no entanto colocou os documentos presentes ao dispor, para quem os pretenda consultar, e como é habitual. -----

-----1.3. - **Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl José Piedade Baptista García**, a título excepcional, tal como aconteceu no abaixo-assinado presente na sessão do mês de Dezembro de 2023, e seguindo o mesmo critério, deu a palavra a um dos subscritores dos abaixo-assinados, presentes na sessão.

-----A Dr.ª **Sofia Neves**, referiu: “O assunto que aqui nos traz, é a localização da AIGP da Ribeira de Mega no norte do concelho, e a maioria das pessoas que aqui estão, estiveram na Casa da Cultura recentemente, bem como os técnicos da FlorestGal”. O auditório estava cheio, era intenção de nessa reunião verem-se esclarecidas dúvidas, mas que as perguntas tinham de ser colocadas por escrito. Possivelmente foi feita uma triagem, não se obtendo respostas a todas as questões colocadas. Perante essa circunstância, e como no dia seguinte havia reunião pública da Câmara Municipal, desloquei-me para expor os motivos. -----

-----Para que os Membros da Assembleia Municipal possam aferir o que está em causa, aquela é uma zona da floresta do concelho mais limpa e cuidada, haver sediada uma serração e inclusivamente quando não há trabalho, os funcionários vão limpar a floresta. Trabalham cerca de vinte a trinta pessoas, representando assim familiarmente, cerca de cem pessoas, e não deve ser descurada por este executivo a economia local. -

-----Não sou contra, mas lamento a localização escolhida, e em minha opinião considero que perverteram os objetivos da AIGP. Se as pessoas limpam, o Estado não tem de intervir, e existem outros locais no concelho por limpar e cheios de infestantes e que, possivelmente os proprietários agradeceriam a intervenção. Em 2017 no grande incêndio e naquelas localidades, não houve a lamenta sobretudo mortes, e casas ardidas! --

-----O Executivo disse que este era um processo que vinha do anterior executivo e gostaria de saber, se não foi da parte dos executivos, então da parte técnica quem foi a pessoa que indicou este local. Gostaríamos que o executivo desse essa resposta. Mas até percebo porquê; era porque havia mais BUPI’s feitos, o trabalho estava facilitado, era mais fácil localizar os proprietários, mas se calhar viram isto tudo ao contrário, porque se fizeram BUPI’s, é sinal de que as pessoas querem saber e cuidam da floresta. Eu vou dar o nosso exemplo, temos 50 hectares de eucaliptal e 40 hectare são para arrancar, a madeira está certificada e estamos num projeto “limpa e aduba”. Questionei os técnicos da FlorestGal, o porquê de nos terrenos das celuloses, e são muitos hectares, estarem intocáveis. A resposta foi, “esses terrenos estão geridos”, e eu convidei-os para

irem ao local, verem os nossos terrenos, e foi isso que aconteceu nesta terça-feira. Assumiram que partiram de mapas errados, os mapas que se basearam não estavam certos! Por exemplo numa situação dizia a ocupação ser de pinho e eu disse que há mais de 30 anos que tinham eucalipto, pelo que estava desatualizado! Convidei-os a verem o baldio da Câmara Municipal, confinante com os nossos terrenos, e olhem para os nossos eucaliptos, e a Senhora Engenheira que nos explique quem é o proprietário aqui ao lado. Os terrenos da Câmara estão um bosque, e é isto que vamos ter no nosso território? Vai ficar tudo ao abandono! As pessoas cuidam, e este é um meio de subsistência desta população, a floresta é dos poucos vetores e meios económicos, que vão alavancando de certa forma a vida das pessoas. -----

-----Em 2017 ardeu a floresta, a natureza fez renascer as árvores, agora o ser humano vai mais longe, agora vão arrancar, vão plantar sobreiros e carvalhos, acham que os animais vão deixar crescer? Não vai haver rendimento, nós pagamos impostos, mas depois a gestão passa a ser feita pelo estado, questionei nessa reunião de qual seria a contrapartida dos proprietários, e a Senhora Vereadora “disse que não viram? Mas foi afixada a tabela, se não viram, tivessem visto, foi afixada a tabela”. Pois incompetência nossa, e chegou-se ao ponto de ter de se vir a esta Assembleia Municipal, e de certa forma apelar á vossa sensibilidade; não somos contra o projeto, mas lamentamos que não tenha havido um diálogo com os proprietários, não houve explicações. Já nos têm dito que o projeto é para ir para a frente, e que não havia aqui cedências. Fizemos reclamações no nosso caso pessoal e sugestões, tal como outros proprietários, e o que disseram é que iriam alterar o mapa, mas até à data não houve evidências, nem feed back, no papel zero! Não sabemos com o que contamos! Estamos aqui hoje, porque aquilo são artigos rústicos, os terrenos têm proprietários, que muito trabalharam para os comprar, gerir, e o Sr. Engenheiro disse, que “este projeto era para criar resiliência”. Mas quem tem sido resiliente são as pessoas, e ao fim de sete anos, quando podem em pouco tempo, ter algum rendimento, vêm dizer para arrancar as árvores. -----

-----É triste o motivo que nos trouxe a esta sessão, mas continuamos sem respostas, não se viu estes editais colocados nos locais habituais, nem no Facebook, e no site era difícil. Para o Carnaval andou um carro a anunciar, não houve o mesmo procedimento. Perante isto não sabemos com o que contamos, a lei é assustadora e fala em arrendamento coercivo, arrancar as árvores existentes, se não cumprimos com os mapas, com as árvores que eles têm definidas, não havendo acordo, eles fazem arrendamento coercivo e arrancam as árvores. -----

-----Apelava a que tenham sensibilidade, ponderem e se a Câmara Municipal avançar, que pondere. Já receberam alguma importância, e que virão muitos Fundos Comunitários, mas coloquem na balança a perda de rendimentos destas pessoas, ao longo destes anos e qual vai ser a contrapartida, ouviram falar na Casa da Cultura em 4 ou 8 milhões, não estraguem o que está bem feito. Um exemplo é o Jardim do Fundo da Vila que não sendo o melhor, poderia não ser o ideal, olhem como está agora, é o que vai acontecer com a nossa floresta, é o exemplo da gestão pública. As pessoas daqui a uns anos vão ter uns verdadeiros bosques, vão perder os rendimentos. Sabemos da pressão superior e do governo para avançar, mas, quando comparamos com concelhos vizinhos, que foram associações locais que fizeram estes projetos e nós temos a APFLOR. Não sei se foi contactada ou não, agora aqui temos uma empresa privada. Noutros concelhos vizinhos temos uma redução de eucalipto de 20%, e aqui com esta empresa, vamos para mais de 50%. Os concelhos onde está esta empresa, a média é de mais de 50% o arranque de eucaliptos, e escolheram áreas abandonadas, tiveram alguma sensibilidade. Quem cá está, pode não ter culpa da escolha deste local, mas confrontados com os problemas devem analisar, porque futuramente irão ser muitos, a vários níveis. Estão a destruir o trabalho das pessoas que foram resilientes, apelamos ponderação a Vossas Excelências”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia senhor **José António Dinis Henriques**, interveio tecendo um agradecimento ao Executivo da Câmara Municipal, pelo apoio prestado para a realização do Entrudo/carnaval de Vila Facaia, referindo o mesmo ter sido um sucesso e fazendo votos que para o ano, seja melhor. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Sr. Dr. **Ricardo José Martins Simões**, mostrou o seu regozijo em relação à participação do público nas sessões da Assembleia Municipal, sendo cada vez mais participativos e ativos nas suas intervenções, nos temas que têm de ser falados, debatidos e planeados. -----

----Referiu a matéria que foi hoje presente, não é mais do que tem vindo a falar nesta Assembleia, o próprio planeamento da floresta, a plantação de árvores, inclusivamente as mais resilientes, a gestão dos baldios, apelando para a necessidade do tratamento destes. Lembrou de ter sido tema apresentado aquando da campanha do nas eleições Autárquicas de 2021, e que estão efetivamente ao abandono. -----

----Referiu ainda as vias públicas necessitarem de requalificação urgente, tanto a nível da carência de passeios e da manutenção das sarjetas, concluindo que estas falhas, trazem insegurança para a população. -----

----Outro tema debatido na comunicação social e pelas más notícias, questionando o que a Autarquia tem feito para criar sinergias para fazer mote à corrupção. Referiu ainda as ilegalidades praticadas no Município, independentemente de quem as praticou, considerou ser uma matéria importante com a qual nos devemos preocupar diariamente, pelo que a criação de sinergias e métodos para o combate e atuação precoce, serem o desejável. -----

----Questionou o que já tem planeado em relação às Comemorações do Dia de Portugal, em termos de estrutura e demais matéria. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.<sup>a</sup> **Mafalda Inês David Coelho**, após cumprimentar todos os presentes, disse: “Primeiramente, gostaria de dar nota e felicitar o Município pela inclusão no programa de Arte e Coesão Territorial, dinamizando em parceria com os Municípios de Castanheira de Pera e Pampilhosa da Serra várias peças de teatro, cuja participação contará com a “prata da casa”, no caso, os munícipes pedroguenses. Estou certa de que cada um dos presentes desenvolverá esforços para divulgar a presente iniciativa. -----

----Questiono o Senhor Presidente do ponto de situação da Estação Náutica e que iniciativas e dinâmicas estão a ser preparadas para a próxima época balnear. Congratulando, ademais, o Município pela parceria estabelecida na dinamização do Curso de Nadador Salvador, que se encontra já a potenciar a formação local, na nossa piscina municipal. -----

----Parabenizar o Município pela inauguração do novo Posto de Turismo, junto à Capela do Mártir S. Sebastião, que aproxima, ainda mais, os serviços e o apoio turístico a todos quanto nos visitam. Continuamos a fornecer um serviço de excelência nesta área. -----

----Por último, questionar o ponto de situação relativamente à revisão do PDM. Dando nota que o 1º edital do ano de 2024, que se procedia à abertura da discussão pública, após a sua aprovação por unanimidade em Reunião de Câmara. Aliás, sublinhar o sistema de consulta do PDM presente no site do município que fornece informação de forma acessível e transparente. -----

-----Manifesto a minha solidariedade e sensibilidade para com o exposto pelos subscritores do abaixo-assinado. Estamos perante uma matéria complexa e intrincada e, caso seja necessário, poderá ser constituída uma Assembleia Municipal Extraordinária para esse efeito. Deixo um singelo apelo ao diálogo, à concertação e à transparência da informação sobre estas temáticas. Somente perante estes vetores poderemos alcançar um sustentável e integrado ordenamento florestal e territorial”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.<sup>a</sup> **Maria Teresa Denis da Silva**, referiu “Antes de mais, cumprimentar esta Assembleia na pessoa do Senhor Presidente, o executivo e restantes participantes em suas funções e qualidades. -----

----Hoje, temos aqui os munícipes do norte do concelho, que detém terrenos florestais no âmbito da AIGP da Ribeira de Mega, a apresentarem um abaixo-assinado manifestando a sua discordância com o processo e as condições projetadas para a sua implementação. -----

----Ora, devo dizer que, para mim, isto era expectável, pois como já referi em reuniões anteriores, aqui neste salão e na Casa de Pedrógão Grande em Lisboa, de acordo com o trabalho de investigação que efetuei para captar as representações sociais dos associados da APFLOR quanto à sua responsabilização com a

reflorestação e gestão dos terrenos, trabalho apresentado no colóquio “planeamento público e democrático” promovido pelo ces-uc, os participantes referiram a necessidade absoluta de uma gestão integrada mas, onde fossem ouvidos sobre o modelo, o modo e a sua representatividade. Ora, como nada disto foi feito, uma vez que, chegam com decisões que não foram negociadas, mas que querem impor por imposição normativa é natural, então, que venham expor e salientar as suas divergências. -----

-----Na Assembleia anterior comprometi-me, enquanto presidente da Casa de Pedrógão Grande, a estabelecer contato com a cadeia de supermercados Mercadona para averiguar o interesse em abrirem uma loja em Pedrógão Grande. Na resposta, ao contato efetuado, disseram que, neste momento, não estão a sair dos centros urbanos, no entanto referiram que poderíamos expor quais as nossas condições em termos do terreno disponível para esse fim. Assim, se considerarem pertinente, posso facultar o contacto. -----

-----Estamos a chegar à Páscoa, altura em que temos muitos visitantes ou participantes nas cerimónias da Semana Santa, então talvez pudéssemos lançar um desafio, tipo concurso, para promover a tradição, que os seniores pedroguenses, residentes em Lisboa referiram, quando os contactámos para recolha de material para o livro “Ser Pedroguense em Lisboa - fragmentos de uma identidade”, e que respeita à confecção dos folares ou arrufadas que as padarias confeccionavam nesta época Pascal ou das broas de erva doce que referiram como tradição da freguesia da Graça. -----

-----Depois, temos a primavera à porta e com ela começam os turistas da EN2 a passarem por Pedrógão Grande, então penso que deveríamos inventariar outra forma de receber os visitantes, hoje temos o quiosque da EN2, situado na periferia do jardim da devesa e do centro histórico, onde vão buscar informação, então talvez fosse útil termos uns folhetos com diferentes circuitos conforme o tempo que vão passar em Pedrógão Grande, meio dia, um dia, dois dias ... e orientar sobre, o que visitar, onde ir e o que fazer nesse tempo. -----

-----Ainda neste âmbito, penso que os museus deveriam estar abertos, muitas vezes vão perguntar à Biblioteca como é que podem visitar a “Casa-Museu” que está em frente. -----

-----Ora, a Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande faz um grande esforço para abrir os Museus ao fim de semana, o que obviamente é pouco, então gostaria de sensibilizar o Município para se inventariar uma forma de colaboração que possa permitir outro horário para os Museus. -----

-----Neste ponto, gostaria, ainda, de levantar a hipótese de se proceder a uma reorganização dos espaços museológicos e dos edifícios que detêm pela sua localização e/ou arquitetura características museológicas, o que poderia passar por trocas interinstitucionais e/ou de funcionalidades. Muito obrigada. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Eng.º **Luís Miguel Pereira Crespo**, disse: “cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia”. -----

-----Proseguiu e “Sobre a Área Integrada de Gestão da Paisagem da RIBEIRA DE MEGA: A gestão deste tipo de projetos tem diversos tipos de gestão fora do município. Por isso pergunto Sr. Presidente, porque foi decidido escolher a Florestal como parceira neste projeto. -----

-----Provavelmente estará a iniciar-se uma nova época de limpeza de contratação e implementação das faixas de Limpeza das Faixas de Gestão de Combustível. Face ao histórico de situações que tem acontecido, acho que o mínimo que se exige é que as mesmas tenham a mesma equidade de aplicação em todos os locais. --- Que os critérios de aplicação sejam implementados da mesma forma em todas as áreas a intervencionar. A fita métrica tem de ser a mesma em todos os lados, o critério de escolha dos exemplares a preservar sejam criteriosamente escolhidos. E de uma vez por todas iniciar-se e incentivar projetos que revertam estas áreas para outros usos que a todos interessa. -----

-----Jardim do fundo vila: Foi aplicada uma instalação sanitária no jardim do fundo da vila por sinal equipada para deficientes. Que custo teve um valor substancial (15.850,00 €+IVA). Por sinal o acesso faz-se sobre estilha ou casca. O executivo está em condições de garantir que um deficiente o faça em cadeira de rodas. A propósito da na última assembleia perguntei também se existia a necessidade de fazer um desdobramento da empreitada desta obra (jardim do fundo da vila) nomeadamente execução de calçadas. -----

----As intervenções nos caminhos rurais fora das estradas pertencentes ao Plano Municipal Defesa da Floresta Contra Incêndios devem privilegiar as envolventes às aldeias, bem como as estradas junto às vias principais nomeadamente IC8. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, cumprimentou todos os presentes, e referiu deixar uma nota prévia de “Boas-vindas” ao Chefe de Divisão, presente na sala, apresentando os seus cumprimentos pessoais e da Bancada do PSD, fazendo votos de profícuo trabalho. ---

----Uma segunda nota e referindo-se ao “Entrudo de Vila Facaia”, o que considerou ser uma “marca”, e um esforço conjunto da Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Vila Facaia e ter sido como referiu, “um grande cartaz”. -----

----Prosseguiu e referindo-se à matéria da AIGP- Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, agradeceu a presença dos munícipes, e a exposição da Dr<sup>a</sup>, Sofia Neves, que considerou ser sido apresentada de forma clara do modo com que fez a sua exposição, para desmistificar duas coisas. -----

----"A primeira pergunta que ela colocou e que carece de ser respondida, mas, infelizmente na política vale tudo e as pessoas esquecem-se ou fazem-se esquecidas, sobretudo quem tem responsabilidades legislativas, é quem escolheu aquela área? Não estou a falar da OIGP, antes dela, vem a AIGP, a área que foi escolhida para ser intervencionada, podia ter sido noutra zona noutra área, poderia ter sido Vila Facaia? Podia ter sido a Graça? Porque é que foi o termo de cima? Porquê que é que foi aquela zona e quando é que foi? É fácil saber quando é que foi publicado o despacho normativo que aprovou aquela, juntamente com mais quarenta e sete, é de 16 de julho de 2021! Antes de julho, já o anterior Executivo tinha feito plantas, memórias descritivas, plantas de localização, e até se calhar escolhido o modelo de gestão, e depois é que vêm outros, ter de executar aquela plano através da OIGP. A responsabilidade da escolha daquela zona é toda ela do anterior executivo e do Partido Socialista. Mas porque é que escolheram aquela zona? Eu entendo a escolha daquela, é que toda ela, basicamente já está toda ela intervencionada, toda ela já se encontra gerida pelos próprios produtores florestais, porque às maiores parcelas ai se localizam é a maior concentração de silvicultores e produtores florestais, é naquela zona assim sendo é mais fácil, pois claro, tem BUPI's já feitos, tem parcelas maiores em vez de escolher outra zona e ter que identificar, 400, 500 ou 600/700 proprietários, se calhar ali se identificassem 100 ou 200 e o assunto está resolvido. Esta é a primeira pergunta que tem de ser respondida, mas, não é este executivo que tem de responder é o anterior. Também aqui em 2021, no passado, porque é que não falaram? Quem estava nesta casa porque não vieram perguntar porque é que foi escolhido a FlorestGal, e só agora é que perguntam? Alguém tem de executar, alguém tem de gerir, mas, a pergunta que primeiro tem de ser respondida é, porque é que foi escolhida aquela área? -----

----Concordo e sou solidário com os intervenientes desta petição, não se pode querer intervencionar, havendo zonas onde é necessário intervencionar, não se vai escolher aquela que já está intervencionada, pode ser só monocultura, mas, não interessa. Mas essa está, tem proprietários identificados a fazer uma exploração económica e viável daquele território, essa não, essa não pode ser, há outras que seriam prioritárias. -----

----Agora quem escolheu, como escolheu, a conselho de quem, não é a resposta que tenho, mas, eu gostava de saber porquê, talvez a Dr.<sup>a</sup> Margarida, que fazia parte desse Executivo, eu sei que se calhar, nem votou a favor, e podia dar alguma explicação, por isso às vezes fico um bocado surpreendido, que a responsabilidade agora seja deste executivo, que não teve culpa, mas, este é o passado. Agora é o presente, medidas que nós temos que resolver o problema, também não concordo com o processo, o processo é vertical, está tão mal feito de raiz, porque quem o produziu que foi o Partido Socialista é alguém que conhece o território, também tanto que presidiu a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, associação sediada neste concelho, começa mal porque a primeira forma de notificação dos particulares é por edital a fase de notificação pessoal vem depois, já depois de uma fase muita avançada da OIGP é que vai a notificação particular, está errado! --

-----Quem é que são responsáveis? É este Executivo? Não parece que seja, há formas de resolver, acho que tem. Está identificado. Compete agora a este Executivo tentar resolver. Fico feliz com a exposição é uma exposição sensível a questão de Ordenamento do Território, e quando ele aparece, não nos podemos opor! Mas, ouvindo a Dr.ª Sofia não parece que seja esse o problema, não há oposição da parte dos proprietários, eles querem ser parte ativa e têm pena de não terem tido conhecimento mais cedo, desconheciam, porque é um processo novo. -----

-----Discordo também de outra coisa que é, parece que existe alguma flexibilidade por parte da entidade que faz a gestão, para alguns concelhos, o problema é que me parece que eles não se querem vincular, porque ali há zonas sensíveis, ninguém vai entrar na propriedade das pessoas, o proprietário florestal pode dizer, eu faço a gestão da minha propriedade e ninguém lá mexe, o problema é que de acordo com os mapas detalhados não aparecem aquelas zonas de fronteiras, aquelas zonas de descontinuidade, as pessoas que já têm os seus eucaliptos limpos e as plantações não as vão arrancar, e se calhar com razão. Existem outras soluções, como alterar o espaçamento entre árvores, a entidade que gere tem de ver de forma que o proprietário não tenha um prejuízo desmesurado, porque o eucalipto até se cria com outras condições e outro aproveitamento. Estas situações é que tem de ser colocados no terreno, com os proprietários do respetivo terreno. O que é que se pode fazer, e ponham isso por escrito, e eu faço a minha gestão. Agora há zonas que são problema, não podiam pôr eucaliptos nas linhas de água como não podiam pôr antes, os proprietários sobretudo os florestais que fazem da plantação, da silvicultura, o seu ganha-pão, sabem que não podem pôr junto às linhas de água. Há como resolver isto? Se calhar há, aquelas zonas onde estavam perspetivados carvalhos ou outras plantações, que agora estão ocupadas com outro tipo de árvores, será que não há flexibilidade, e ficar por escrito, que essas coisas se podem resolver, porque na verdade o produtor florestal vai fazer a sua manutenção, como já tem feito e será que a entidade gestora tem um prejuízo, ou tem algum problema com este tipo de gestão ou prefere colocar lá carvalhos, para ficarem abandonados para o resto da vida? -----

-----Aqui a Câmara Municipal tem que ter um papel concertante entre os proprietários e a FlorestGal enquanto entidade gestora e mais rapidamente possível, é que tudo isto tem prazo e sobretudo existe uma garantia escrita que todo o proprietário que disser eu quero aderir, eu faço a minha gestão, tem de ser feito um contrato e nesse clausulado, tentar que o proprietário faça a gestão e seja uma pessoa honrada e dê a sua palavra e realmente execute no terreno, e faça essa gestão ordenada, tenha garantias que não tenha de arrancar absolutamente nada, até acha que todos estarão a ganhar com esse ordenamento. -----

-----A questão é sensível merece muita atenção por parte deste Executivo, independentemente de ter proposto ou não ter proposto AIGP, obviamente contrataram alguém para executar! Não sei se a entidade pode desistir ou não, acho é que por uma questão de princípios, nós somos o território mais afetado em 2017, andamos a pedir políticas florestais e quando elas vêm, nós não aceitamos, temos é que discutir e implementá-las e para que não haja prejuízo naqueles territórios que já estão ordenados, o problema para mim é só na descontinuidade, junto da OIGP, está prevista uma determinada espécie e lá está outra, dar garantias que o proprietário desde que faça a gestão, roce, limpe e tenha o terreno controlado, não tenho problemas! Outra coisa é haver uma negociação se for possível. Se não for possível negociar, não me parece de todo que ela tenha sido a melhor solução, para em junho de 2021 fazer ou impor uma AIGP. Era muito mais fácil fazer num território em Vila Facaia ou na Graça, onde não existe esta tradição da exploração florestal ou grandes produtores, onde as propriedades são pequeninas, era se calhar muito mais fácil fazer aí o ordenamento, do que no local onde é feito o aproveitamento económico da área florestal, não podemos é andar aqui com questões de politiquices, e cada um a sua responsabilidade. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, cumprimentou todos os presentes, e disse ficar sensibilizado com a presença dos munícipes do norte do concelho, referindo ter ainda “uma costela” daqueles locais. -----

-----Uma primeira nota e para conhecimento de todos, informou já se terem iniciado no dia 19 corrente, as obras da Santa Casa da Misericórdia, tendo um período de execução de cerca de 1 ano, orçadas em cerca de dois milhões de euros, considerando ser uma das maiores obras no concelho, atualmente em curso. -----

-----A segunda nota tem a ver com esta questão florestal, disse ter ouvido a intervenção, e apesar de não estar por dentro deste assunto, disse saber de “floresta, porque respiro floresta, quando cá estou”, tendo ficado fico sensibilizado com esta matéria, porque não é uma situação fácil. Ainda e como a Dr.ª Teresa referiu, “deve haver sempre em tudo, comunicação, envolvimento e arranjar pontes” e ainda ouvindo o Dr. Rui Capitão e pelo que “me apercebi, penso que para tudo há solução”. Juntar as partes e ver efetivamente e sem radicalismos, tentar o máximo possível, sem entrar em politiquices, e se “existe um problema, quais são as soluções? O que é que tem de se fazer? Tem de haver vários tipos de árvores e com diferentes tempos de crescimento, tem de haver uma simbiose de tudo isto, é o fundamental, que não nos podemos esquecer! É muito bonito, a parte ambiental a sustentabilidade, a parte social, tudo isso, mas se não houver economia, e não haver retorno da parte económica, não funciona o resto!” -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Maria Margarida David Lopes Guedes**, disse e antes de falar sobre a floresta, questionou qual o ponto de situação da “saúde” no nosso concelho e agora na iminência da saída de um médico e se de todas as reuniões que tivemos, se efetivamente está assegurado tudo o que foi solicitado. -----

-----Questionou qual o ponto de situação do Centro Náutico, na medida em que foi solicitada verba, um empréstimo para o efeito. -----

-----Disse lamentar ver o Jardim do Fundo da Vila no estado em que está e há tanto tempo, sendo de opinião que não “enobrece ninguém”, parecendo-lhe que o objetivo inicial não seria o de ter tanto material inerte.

-----Sobre a “AIGP, disse querer felicitar o Grupo que veio expor as suas causas, tendo sido do seu agrado a exposição, e “afirmo desde já que concordo com o princípio subjacente à constituição de AIGPS, no seu conceito sobre um assunto”, questionando-se do porquê da escolha daquele local, tanto mais “não ter ardido em 2017, e ser matéria que tem suscitado algumas controvérsias”. -----

-----Dissertou sobre os baldios da Câmara Municipal, questionando “como estão a ser geridos pois em tempos aquela zona foi cedida por arrendamento a uma empresa, exatamente quase o mesmo, que agora se pretende com esta AIGP naquele pedaço da Câmara. Já tinha questionado em tempo, mas agora percebi que está ao abandono”. -----

-----Prosseguiu e que “Gostaria de questionar o Sr. Presidente do estado da AIGP Ribeira de Mega, solicitando: - Todos os itens legais da constituição da OIGP foram de acordo com o elencado na lei? - Todos os Proprietários foram informados dos diferentes modelos contratuais de adesão à OIGP e respetivos compromissos de gestão florestal? -----

-----Depois uma questão muito importante para o nosso território: qual a razão de se optar pela redução de 25% de pinheiro-bravo, quando essa espécie florestal, confere o nome a este território? Por estar mal gerido? Então não pode ser adotado um modelo de gestão que promova o seu crescimento saudável e rentável ao proprietário? -----

-----E o Eucalipto, Sr. Presidente, qual a razão de redução de mais de 50%? A lei nada diz sobre a percentagem de redução. -----

-----Posto também que fiquei a saber das suspensão do mesmo. Pode Sr. Presidente apontar data de duração da mesma e qual a solução para a sua continuidade? -----

----- AIGP é um instrumento criado com a finalidade de promover a gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio. -----

-----A AIGP sujeita uma determinada área com fatores críticos de perigo de incêndio e vulnerabilidade a um conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reconversão e gestão de espaços florestais, agrícolas e silvo pastoris com o objetivo de garantir uma maior resiliência ao fogo e melhorar os

serviços de ecossistemas, promovendo a revitalização económica destes territórios e a adaptação às alterações climáticas. -----

----As AIGP definem um modelo de gestão agrupada para a sua área de intervenção, operacionalizado através de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), com escala adequada para uma gestão ativa e racional. -----

----Citado na nota de imprensa, o Presidente da Câmara, Valdemar Alves, reconhece que “transformar a paisagem é um processo longo, que exige método, intervenção e apoio do Estado Central em estreita cooperação com proprietários, municípios e parceiros nacionais e internacionais, capazes de aumentar a capacidade de ampliar” -21.07.2021. -----

----O conteúdo da OIGP deve salvaguardar as obrigações assumidas por beneficiários com projetos de recuperação do potencial produtivo aprovados, executados ou em execução, bem como os compromissos plurianuais assumidos por beneficiários no âmbito dos programas de desenvolvimento rural. -----

----A OIGP tem por referência a área da AIGP, sem prejuízo dos ajustamentos necessários, em função dos resultados do processo de adesão dos proprietários, desde que fique assegurada a coerência e viabilidade da OIGP (DL n.º 28-A/2020, de 26/06). -----

----Após as informações da FlorestGal, que não esclareceram as questões colocadas, nem sobre montantes a pagar aos proprietários nem sobre as questões e razões das OIGPs, Margarida Guedes questionou o Presidente se este assunto não tinha sido adiado para melhores esclarecimentos, e tendo o Sr. Presidente respondido afirmativamente. Margarida Guedes solicitou ao Sr. Presidente que revisse esta AIGP e atendesse os proprietários pois os mesmos não podiam ficar indiscriminadamente prejudicados e o processo como estava não favorecia ninguém”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, disse “não quero acabar de discutir este assunto, sem saber quem é, que fez o quê e quando”, e de acordo com a lei, não há nenhuma constituição de AIGP que possa ser proposta e tem de ser enviada à Direção Geral do Território, acompanhada de memória descritiva e justificativa, planta com a delimitação da área, proposta com o modelo de gestão, com a indicação da entidade gestora já constituída ou natureza jurídica. -----

----Disse requerer ser notificado dessa proposta, que partiu deste Município em 2021 para a Direção Geral do Ordenamento do Território com os elementos constantes no artigo 13º do Diploma que prevê o regime e natureza jurídica das AIGP’s e OIGP’s. -----

----O senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista Garcia**, solicitou que envie por escrito o pedido em questão. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista Garcia**, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, para responder aos Membros da Assembleia. -----

----- Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, agradeceu as intervenções e prosseguiu: -----

----Referiu-se à AIGP, disse ser uma preocupação esta matéria, bem como as alterações climáticas e os acontecimentos de 2017 e que não gostaria de as ver acontecer novamente, e que a AIG é um instrumento que não evita os incêndios, mas que a ideia é dirimir ou reduzir a violência da progressão dos incêndios. -----

----A área naturalmente já estava definida, e que teriam de avançar com esta área, sob pena de concelhos vizinhos estarem nesta “corrida”, de apresentarem e “nós não”. Seguidamente referiu “termos de contratualizar com a FlorestGal e inclusivamente os concelhos vizinhos, contaram com os técnicos nesta área, sendo idealizado por eles o modelo de percussão no terreno, ainda sem conhecer os proprietários. Como sabem e em termos de BUPI não podíamos transferir e temos essa limitação, fazendo-o para a FlorestGal o nome dos proprietários e que alguns não teriam vindo ao BUPI. Referiu que as sessões de esclarecimento que desenvolveram nas Associações, no Município, na Casa de Pedrogão em Lisboa, foi construído o modelo,

foi a consulta pública, o Edital foi enviado por email para as várias Associações e há o registo, foram afixados e não se saber do paradeiro. Algumas questões foram colocadas parecendo que pela frontalidade e resposta do técnico as situações seriam verificadas caso a caso e ninguém interviria no terreno de ninguém sem um contrato e sem um acordo e concorda que quem está a gerir bem, mantém a gestão. Não nos podemos esquecer que proprietários há, que estão de acordo com este processo e não só os que não estão. Os procedimentos com a Empresa é no terreno chamando os proprietários”.

-----Disse “que achava que haveria abertura para executar as devidas alterações e como sabem a Câmara deliberou suspender o processo para se ir ao terreno, e adaptar essas alterações, no modelo, e que se está a agir como pessoas de bem!”

-----Solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que o senhor Presidente da FlorestGal intervisse, prestando as informações que forem necessárias.

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, referiu “o primeiro aspeto é esclarecer a localização, a candidatura foi feita e candidatada e quando foi aprovado foi com esse limite, e não existe a possibilidade de alterá-lo, nem está na esfera deles fazer.

-----Relativamente à proposta, existem vários aspetos neste projeto: primeiro é aumentar a resiliência do território e segundo com as intervenções aumentar a gestão florestal, são os dois aspetos centrais do programa. Para que a proposta seja aprovada tem de se provar as duas coisas, aumentar a resiliência e fomentar a gestão. Isso só se consegue alterando de alguma maneira a composição e gestão que é feita do território, da análise das zonas e de acordo com a análise dos modelos de combustíveis, que existem para aquele território, terão uma diminuição do risco e nesse sentido, há três áreas ou modelos de combustível que contribuem para aumentar o risco, um é as áreas de eucalipto, dois as áreas de pinheiro bravo e três é as áreas que têm matos portanto temos de mexer nestas áreas, para conseguir que a carta de risco possa baixar, para a paisagem ficar mais resiliente. Por outro lado, fomentando a gestão, mesmo com esses modelos de combustíveis, aumentar resiliência. Foi este o modelo. Fez-se pontos de amostragem para validar a proposta/gestão. Temos uma informação de base para trabalhar que aqui em Pedrogão deu muitos problemas, que é a carta de ocupação do solo de 2018. Que é produzida e tem de ser essa a informação base que usamos e qualquer alteração tem de enviar evidências para a DGT, para eles a validarem ou não. Se a DGT não avaliar e aceitar a alteração da ocupação do solo, também não aceitar a alteração aos orçamentos deste projeto, não aprovam. Fizemos um conjunto de propostas de alteração, até conseguirmos validar isto. Sabemos que há informação que está mal, nesta fase é desajustado e pode embrulhar tudo. O que é que nós podemos fazer, maximizar os montantes disponíveis para as intervenções, para depois em fase de contrato ajustar as intervenções aos montantes que temos e andamos a alertar há meses a DGT e o ICNF para esta questão.

-----Temos noção que aquando da aplicação do projeto vai haver mudanças e essa é a questão-chave, acho que o município e entidade podem ajudar fazendo nota desta necessidade a entidade superiores, de reforçar da flexibilidade deste instrumentos. Quando for aprovado e validarem as intervenções podemos chegar ao momento que algumas das intervenções não são necessárias, aquela montante fica disponível, para contratualizar, temos de ver com os proprietários o que fazer. Se houver flexibilidade para mudar as espécies dentro do possível, assume-se essas necessidade, consoante o acordo com os proprietários. Mas tudo não pode ficar como estava. Existem alterações que têm de ser feitas. Zonas de risco, linhas de água têm de ser intervencionadas, algumas zonas de cumeada e zonas sem gestão, que têm de ter intervenção. Fomos identificando áreas bem geridas e outras onde há limitações, que podem ter esse acréscimo de gestão.

-----Primeira questão, disse na sessão pública, a empresa enquanto entidade gestora, não entrará a fazer nada, sem ter previamente feito um contrato com os proprietários, mesmo que comprometa a execução, não vamos fazer, não faz sentido, não é isso, qualquer ideia que se tenha que vai acontecer uma coisa de repente é desajustado. Face ao que a empresa disse, existem algumas coisas que com alguns ajustes ficam bem. A questão passa pela gestão, o facto de haver zonas não geridas representam um risco para todos, portanto é obrigatório, seja o proprietário ou a FlorestGal, tem de haver gestão. Quem não faz nada, coloca

em risco quem gere património e investimento dos outros. O objetivo é fazer gestão. As fases e forma de intervenção são estas. Relativamente às áreas de eucalipto, umas têm mais outras menos gestão, as que não tem gestão e estão em zonas adequadas, para manter eucalipto tem de ser geridas, para não representar um risco, e vão ser validadas aquando da execução dos contratos com possíveis ajustamentos, e aí o Município quando é chamado a opinar em conferência procedimental, pode ajudar e dar nota da necessidade e nível de flexibilidade para conseguir chegar a bom porto. -----

----Nota que ainda não é pública: “Ontem foram aprovadas as primeiras 12 OIGP, em conselho de Ministros em houve um compromisso de assegurar o projeto no horizonte temporal de 20 anos pelo fundo ambiental do estado que vinha a ser solicitado de forma a ser assegurado o financiamento necessário”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, colocou algumas questões ao Presidente da FlorestGal, referindo que: “A proposta está assente num mapa com alguns problemas. O proprietário de eucaliptos com gestão colide com uma área de descontinuidade. Fora da rede de primária, secundária e FGC das localidades, e está a fazer contrato com a FlorestGal e ele quer gerir e manter, pode manter os eucaliptos”? -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “Aí vamos ter de encontrar uma solução”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**: “E se mudar o compasso”? ---

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “Talvez possa se for compatível, se chegar a um afastamento”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**: “Isso pode ficar escrito”? ----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “Pode ficar escrito, tem de ficar”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**: “Exemplo: A gestão da crescimento do mato faz-se com duas coisas com a água e os nutrientes e com a luz, se tiver sem luz, com o ensombramento que evita o crescimento de mapas. O projeto destes não agrada a todos”. -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “há ajustes que são necessários, até pelos limites das propriedades”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**: “Outra questão está prevista uma arvore que não é aquela que la esta, como pode ser resolvido”. -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “Há dinheiro para custear a transformação”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**: “Exemplo eu adiro, mas quero permanecer com o que tenho, até porque o que pagam é pouco para eu arrancar e alterar a espécie existente, e não dá rendimento, o que la esta pode ficar?” -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, “sem gestão, sem estar ao adequado ao sítio e à zona, temos de transformar. Não consigo justificar”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**: “questão do valor, acho irrisório”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.<sup>a</sup> **Maria Margarida David Lopes Guedes**, questionou “se existem invasoras, noutras zonas do território, e vocês não têm a possibilidade de nesses espaços, colocarem espécies mais resistentes, e não perturbarem outros proprietários, que têm bem gerido, para não serem retirados as espécies eucaliptos e pinheiros? É preciso falar e chegar a acordo. Sem estes cortes demasiados, sem prejuízos e sem perda de rendimentos”. -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “As invasoras são uma preocupação e uma importante intervenção, queremos flexibilização, mas não existe um cheque em branco, isto é aberto, tem regras”. ----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Maria Margarida David Lopes Guedes**, questionou: “Vão falar com os proprietários?” -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “Temos de fazer contratos com os proprietários, logo temos de falar com eles”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, questionou ainda o Presidente da empresa: -----

-----"Qual é o rendimento dos proprietários de imediato, a médio e longo prazo?" -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “o modelo que está preconizado ele tem este apoio para a transformação e o apoio dos bens e serviços dos ecossistemas a vinte anos”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**: “Um hectare qual pode ser a rentabilidade, 160 euros anualmente? Os financiamentos que há são para trabalhos não são para remunerar as pessoas”. -----

“Eu não quero saber dos trabalhos, eu tenho uma propriedade qual é o rendimento que vou ter”? -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “Qual é o rendimento que tinha lá”? -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**: “este momento tenho eucaliptos e podem até estar desordenados e se não houver incêndio. Vocês têm vários modelos, seja ele qual for qual é o rendimento médio ao fim de 20 anos? Qual o rendimento líquido ao fim de 20 anos”? -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “A venda dos produtos finais são do proprietário” -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**: “De certeza que quando fizeram a candidatura, sabem qual é o rendimento esperado”? -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “Não, não temos”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**: “Mas deviam ter, tem de ter, existe uma propriedade, a lei obriga a limpar, há um financiamento, possivelmente do PRR, o estado substituir-se nas limpezas, uma coisa é o investimento, outra é o rendimento, qual é o rendimento. Até porque eu posso alugar, ceder ou vender. Na prática qual é o meu rendimento”? -----

-----O **Presidente da FlorestGal S.A.**, respondeu: “Para responder tinha de ser feito, tinha-se de fazer parcela uma a uma, isso é impossível” -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**: “Se não sabe uma a uma, teve de fazer uma média. Qual é essa média”? -----

----Obrigatoriedade legal e tem custos e não sabe se tem retornos e segundo pode ser uma mais-valia profissional e haver alguma rentabilidade. -----

-----O **público** presente colocou as seguintes questões: -----

---- “Qual a rentabilidade das zonas de matos? -----

Qual a rentabilidade dos aceiros? -----

Após os 20 anos quem vai gerir e qual o rendimento se retiram as árvores? -----

Qual a rentabilidade dos carvalhos plantados”? -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista Garcia**, disse ter sido a Mesa a deliberar e a dar a palavra nesta discussão, no entanto, o seu voto foi contra. Assim no final da sessão o público retomará as suas intervenções. Disse ainda que esta discussão não devia ter existido, o senhor Presidente dava a palavra aos técnicos da empresa e terminava aí. Os outros assuntos seriam colocados no final, no lugar do ponto da intervenção do Público. Ainda ser sua a culpa, de ter aberto uma exceção, e que os técnicos estão a ser pagos, por isso podiam esperar até ao final. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Nélia Maria Henriques Alves**, disse que, dado o tema e aproveitando a presença técnica, consideraram oportuno e poderia ser benéfico para esclarecer dúvidas que existissem, e daí terem votado favoravelmente e ainda pela “transparência”. -----

----- Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, dispensou o Presidente e o Técnico da Florestgal. -----

-----Retomou a sua intervenção, agradecendo ao P J. Vila Facaia “foi um evento muito importante não só para Vila Facaia como também para o concelho, é um Carnaval muito especial, muito original e que deve continuar”. -----

-----“Estamos a fazer “Planeamento da floresta”, nós temos as nossas reuniões do Conselho Municipal de Gestão Fogos, estamos a acompanhar o “Plano Municipal Contra Incêndios”. Todos os anos temos desenvolvido e investindo nas “Faixas de Gestão de Combustível”, naturalmente umas vezes melhor que outras, com os operadores, Isto está refletido nos números”. -----

-----"Estamos a investir no “Condomínio de Aldeias”, e podem desloca-se á aldeia dos Pobrais. O condomínio está feito e podem verificar que será objeto de uma Aldeia Segura”. -----

-----"Os mosaicos, vamos avançar também com uma candidatura”. -----

-----"Estamos a aplicar as nossas verbas é há muito mais volume de trabalho que anteriormente, também em cumprimento a lei”. -----

-----"Temos aprovado Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas, o Código de Ética e Conduta”. -----

-----"Está disponível o novo site do Município brevemente, está a ocorrer a migração da informação” -----

-----"Relativamente à “Estação Náutica de Pedrógão Grande”, dizer-vos que agora no dia 29 de fevereiro vai ocorrer na Bolsa de Lisboa a sua certificação, que nos vai depois encaminhar, para um conjunto de candidaturas e benefícios”. -----

-----"A revisão do PDM está disponível para avançar para consulta publica, independentemente do parecer da APA, que veio e foi respeitado e nesta última reunião de Câmara foi aprovado”. -----

-----"Muito nos apraz saber que temos uma munícipe interessada em estabelecer o contacto com uma empresa Mercadona”, agradecendo à Dr.ª Teresa Denis. -----

-----"Em relação à EN2, aceitarem as várias sugestões”. -----

-----"Os museus terão de ser divulgados, uma não resposta da Santa Casa, quando foi solicitado a informação para o projeto de Adsel, projeto interativo”. -----

-----A Vereadora Engª Dora passou a dissertar sobre a Carta Social, e o que estamos a fazer em relação e ao plano de desenvolvimento social. “Está a ser feito o referido plano; candidatura do Radar Social foi aprovada no valor de 169.000 euros, estamos a fazer démarches nesse sentido” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara em relação ao “Festival Literário”, disse “ser intenção integrar escritores do concelho este ano, sendo o valor de 15.000€ e já candidatamos a empresa.” -----

-----Relativamente ao Jardim do Fundo da Vila “tem trazido preocupações, mas ainda acredita que aqueles jardim há- de ser um ex-libris do concelho” -----

-----"Agradeço a observação que se fez em relação às casas de banho e a mobilidade”. -----

-----“Agradeço também em relação aos “Caminhos Rurais” nós temos a nossa Proteção Civil que está a trabalhar nas obras por Administração Direta”. -----

-----"Para dizer ao Presidente da República que havia necessidade de reunir os municípios todos e com fontes de financiamento. -----

-----Relativamente à saúde “ainda há pouco tempo estivemos numa reunião em Coimbra. Não são da intenção de encerrar as extensões. O projeto “bata branca” tem de ter a nossa colaboração, em relação aos Técnicos de saúde não temos uma palavra a dizer, mas para ficarmos com os Assistentes Operacionais ficámos! O mesmo se passa com a Escola com os funcionários, e políticas educativas, nada!” -----

-----Ao Centro Náutico pedimos a reprogramação do projeto. -----

**2. Apreciação da informação escrita ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.** -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, fez referência aos documentos enviados para os membros da Assembleia Municipal, relacionados com a situação financeira do Município a 19 de fevereiro de 2024, disse ser o saldo atual das dívidas a Empreiteiros 0,00€ (zero euros), a Fornecedores de 70 842,94€ (setenta mil oitocentos e quarenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos). O Resumo Diário da Tesouraria na mesma data de Operações Orçamentais de 2 187 486,21€ (dois milhões cento e oitenta e sete mil quatrocentos e oitenta e seis euros e vinte e um cêntimos) e operações de tesouraria de 101 596,67€ (cento e um mil, quinhentos e noventa e seis euros e sessenta e sete cêntimos). -----

**3. Apresentação e apreciação do “Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Pedrógão Grande”, do ano de 2023.** -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista Garcia**, informou que em relação ao relatório da CPCJ, a Presidente da Comissão Dr.ª Sílvia Bento está doente, portanto, não tem possibilidade de estar presente, para prestar esclarecimentos. No entanto, disse terem em mãos o documento, e se alguém entender colocar alguma questão, solicitar algum esclarecimento, deverá fazê-lo por escrito, remetendo-o à D. Jacinta, para que o possa reencaminhar, para a Dr. Sílvia ou para quem a represente, de forma, que na próxima reunião seja respondido. -----

**4. Apresentação e apreciação de “Modelos de Governação para a PETROENSINO- Ensino e Formação Profissional, Lda”.** -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes Presidente**, referiu que estiveram a analisar os vários modelos e tudo aponta para uma sociedade. Solicitou a presença do Técnico, Consultor.

-----O Técnico Consultor Dr. **Pedro Miguel dos Santos Patrício**, passou a apresentar o documento, considerando que os Membros da Assembleia tenham tido acesso ao mesmo: -----

-----“Na sequência do solicitado por V. Ex.ª., **procedeu-se ao enquadramento legal face à situação socioeconómica da empresa Petroensino- Ensino e Formação Profissional, Lda**, (doravante Petroensino).

-----Como é do conhecimento de V. Ex.ª., a Petroensino encontra-se numa situação financeira complexa, tendo acumulado prejuízos avultados nos últimos anos. -----

-----Apesar da situação líquida da Petroensino ainda ser positiva tem-se vindo agravar a situação financeira

de curto e médio prazo, situação que tende a agravar-se no curto prazo, uma vez que se as instituições financeira recusarem reforçar o financiamento bancário de curto prazo. -----

----A Petroensino necessita urgentemente da entrada de capital, mínimo de meio milhão de euros, para cumprir com as obrigações junto dos seus fornecedores e das entidades gestoras dos programas de financiamento. -----

----Considerando que as disposições previstas na Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, na sua atual redação, a participação do Município de Pedrógão Grande na Petroensino enquadra-se no Capítulo IV “Participações Locais”. -----

----Nos termos do nº 3 do artigo 53º da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto “Não é permitida a celebração de contratos-programa entre as entidades públicas participantes e as sociedades comerciais participadas”, ou seja, encontra-se vedada a possibilidade de o Município poder apoiar diretamente a Petroensino. -----

----Atendendo à extrema importância da Escola Profissional, detida pela Petroensino, no concelho e na região, urge definir que modelo de governação permitirá melhor salvaguardar a sustentabilidade e a viabilidade socioeconómica da empresa. -----

----Nesse sentido foram realizadas várias reuniões entre os sócios e os gerentes da empresa no intuito de ser definido um rumo para o futuro a curto prazo da Petroensino, tendo sido identificadas algumas opções de alteração societária, conforme se transcreve infra: -----

**Alteração Societária- Opções de curto prazo.** -----

**. Venda integral das participações da empresa.** -----

----Nesta situação ambos os sócios vendem as suas participações a um provado, que nunca aceitará adquirir menos de 75% das participações, por forma a poder gerir a seu belo prazer os destinos da entidade. -----

----Com esta opção será necessário garantir que o Município é ressarcido do valor entregue à Petroensino a título de adiantamento no negócio de aquisição do imóvel entretanto revertido. -----

----Importa referir que neste caso o Município deixa de ter qualquer interferência nos destinos da empresa, sendo eu o próprio património deixa de estar na posse do Município passando para a posse de privados. ----

**. Cobertura de Prejuízos Acumulados.** -----

----Deliberação dos sócios da cobertura de prejuízo acumulados por forma a garantir a viabilidade da empresa, devendo ser definido um valor que garanta a sustentabilidade económica e financeira da empresa. -----

----Atendendo ao volume dos prejuízos acumulados dos últimos anos, bem como à situação financeira da empresa, entendo que o valor da cobertura de prejuízos deverá corresponder ao desequilíbrio de muito curto prazo, acrescido do défice de exploração estimado para o ano letivo 2023/2024. -----

----S.m.o., esta opção deverá ser acompanhada por um plano de reestruturação da empresa por forma a eliminar as “gorduras” existentes e torná-la competitiva no mercado em que se insere. -----

----Neste caso o alor do adiantamento efetuado no negócio entretanto revertido poderia transformar-se na cobertura de prejuízos. -----

**Esta opção permite que se venham a verificar dois cenários:** -----

**. Ambos os sócios realizam a cobertura de prejuízos.** -----

----Nesta situação mantém-se a correlação de forças atualmente existente. -----

**. O Município realiza a cobertura de prejuízos, não sendo acompanhado pelo outro sócio.** -----

----Neste caso, deve ser definido no momento da deliberação da cobertura de prejuízos que o não cumprimento ou manifestação de não concretização da cobertura de prejuízos por um sócio conduz automaticamente à amortização da respetiva quota no valor correspondente. -----

----Consumando-se este processo de amortização de quota o Município converte-se automaticamente em sócio maioritário. -----

----Este ajustamento da estrutura societária obriga a uma reformulação da tipologia de empresa, passando a empresa municipal, situação que cria constrangimentos quer nas candidaturas da própria empresa aos programas de cofinanciamento da atividade, quer em matéria de endividamento do município. -----

----Importa clarificar que apesar da estrutura societária conduzir à alteração da tipologia da empresa este processo não é automático, ou seja, obrigaria sempre a alteração prévia do registo comercial, ou seja, de

denominação, bem como ao respetivo registo. -----

**Cenários de alteração da estrutura societária após cobertura de prejuízos pelos sócios.** -----

**. Possibilidade de escolha de parceiros provados e públicos.** -----

-----Uma outra alternativa passa pela possibilidade de abrir o capital da empresa a investidores e/ou públicos, neste caso municípios, com visa a manter a empresa nos moldes societários atuais, mais procurando criar sinergias para o desenvolvimento da empresa e o eventual alargamento da sua atividade a novos mercado confinantes, processo iniciado pela atual gerência. -----

-----Este apreço-me ser um cenário a considerar como uma opção muito viável, contudo obrigaria a garantir o cumprimento das regras de detenção do capital social por forma a evitar a transformação da tipologia de sociedade e conseqüentemente a criação de constrangimentos na candidatura a programas de financiamento da atividade. -----

**. Conversão da sociedade em associação.** -----

-----Apesar deste ser a última opção identificada considero ser aquela que melhor poderá defender os interesses do Concelho de Pedrógão Grande, conforme melhor explico em seguida. -----

-----Esta opção conduz à liquidação da empresa e posterior transformação numa associação de direito privado. -----

-----Neste caso, com a liquidação o município, isoladamente ou com os Bombeiros, assumiria o passivo financeiro da empresa, salvaguardando a propriedade dos imóveis. -----

-----Com a conversão em associação de direito privado seria definido estatutariamente os sócios que poderiam participar como associados podendo ser facilmente definida a que a maioria dos associados garantiria a coesão e consistência das decisões de gestão. -----

-----Os associados poderiam ser, para além do Município de Pedrógão Grande e dos bombeiros, todos os Municípios com quem a empresa hoje tem relações ativas, bem como associações locais e regionais, como por exemplo o turismo do Centro, a CIMRL, a CIMRC, a CIMBB, etc. -----

-----Este cenário não cria quaisquer constrangimentos à apresentação de candidaturas aos programas de financiamento da atividade, permitindo ainda serem definidas rendas de cedência dos imóveis pelo Município, valor esse financiável, custos que hoje não são elegíveis. -----

-----Torna-se possível definir um modelo de gestão com a intervenção direta das entidades públicas participantes, permitindo criar sinergias que viabilizem a continuidade e crescimento da atividade atual da entidade. -----

-----Acresce referir que com este modelo os associados públicos passam a poder apoiar a associação nos termos da Lei nº 50/2012, situação que atualmente é totalmente excluída, estando, no entanto, a adesão das entidades públicas à nova entidade sujeita a fiscalização prévia do tribunal de Contas. -----

-----Cabendo ao órgão deliberativo a decisão final sobre o modelo de governação a adotar pela Petroensino no futuro, considerando a urgência na identificação de soluções que garantam a viabilidade da empresa, sugere-se que este assunto seja remetido à próxima Assembleia Municipal para discussão e eventual definição do modelo de governação a propor ao sócio maioritário. -----

-----Castelo Branco, 19 de fevereiro de 2024. O Consultor Pedro Miguel dos Santos Patrício.” -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **António José Figueira Domingues** iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes, deixando a seguinte nota sobre a Petroensino | Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal. -----

-----A Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal comemora a 9 de outubro, 35 anos de existência. Trata-se de uma escola profissional que tem sido fundamental para o desenvolvimento do Concelho de Pedrógão Grande e da região do Pinhal, pois, oferece uma formação técnica e profissional de qualidade para os jovens e adultos, preparando-os para o mercado de trabalho e contribuindo para a geração de empregos e o crescimento económico local e regional. Além disso, esta escola profissional também capacita os estudantes para atuarem de forma empreendedora, incentivando a inovação e o desenvolvimento de novos negócios na região. -----

-----Por meio de cursos técnicos e tecnológicos, a escola profissional tem dada resposta às necessidades específicas do mercado de trabalho da região, formando profissionais capacitados e qualificados para atuar em setores estratégicos, como a indústria, comércio, serviços entre outras áreas. Dessa forma, a nossa escola profissional transformou-se num projeto estruturante que contribui para o desenvolvimento socioeconómico da região, promovendo a inclusão social e reduzindo as desigualdades. -----

-----Portanto, investir na Petroensino | Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal é investir no futuro da região, garantindo que os jovens e os adultos tenham a oportunidade de adquirir uma formação profissional sólida e de qualidade, que lhes permita ingressar no mercado de trabalho de forma competitiva e contribuir para o crescimento sustentável da comunidade local e regional. -----

-----A bancada do CDS-PP não imagina o que é ver Pedrógão Grande sem a Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal. A nossa perda, será o ganho de outros Concelhos que pretendem e ambicionam ter ensino profissional. Não nos esqueçamos que até há muito pouco tempo tivemos um Concelho vizinho que tentou ter este ensino. Como esse Concelho, existem outros na expectativa de o virem a ter. -----

-----É uma instituição histórica, estruturante e estratégica na educação profissional, garantindo o progresso e a sustentabilidade do território a médio e longo prazo. -----

-----A bancada do CDS-PP apela a todos, para que este projeto educativo, tão importante para o futuro do nosso Concelho, da nossa região, dos nossos jovens, dos nossos adultos, não caia no esquecimento, no fracasso e num eventual fechar de portas, por falta de soluções e de vontade política. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Maria Teresa Denis da Silva**- disse ouvir dizer que a Escola há anos não tem dinheiro, e questionou se vai colmatar com o modelo de gestão ou com a alteração. Questionou se mudando para uma Associação, o dinheiro vem? -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Professor **António Conceição Henriques David**, referiu que em relação à Escola, “todos ouvimos falar, andamos aqui já há alguns anos, e nunca apareceu um Relatório de Contas, um Caderno de Atividades, para nos darem conhecimento, para se saber quais são os verdadeiros problemas da Escola, algo que ajudasse a fundamentar alguma dessas propostas. Será um pouco difícil decidir qual o modelo dado, que não há nenhuma perspetiva de negócios que comprovem ou não a sustentabilidade da empresa, e a nossa perspetiva. Disse ainda ser um pouco difícil, estar aqui a opinar qual será a melhor proposta, no sentido de proteger a Escola, “que é um bem que queremos preservar, mas temos aqui alguma dificuldade, pois não temos mais nenhum suporte, para tomar qualquer decisão”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, referiu que “não vou falar pelo Grupo Parlamentar do PSD, mas vou falar por mim, não consigo perceber, primeiro há um estatuto que diz que os Eleitos Locais têm acesso a qualquer documentação, toda a gente sabe que existiu uma auditoria, eu pedi, eu tenho-a, eu consultei-a, eu estudei-a, sabia o que vinha na ordem trabalhos, nós temos acesso a Atas a documentação a certidões e podem ser pedidas por qualquer pessoa, inclusivamente para a Escola Tecnológica – comparticipada, desta casa. Isto é um direito que assiste a todos numa democracia, se não houver uma oposição forte, isto não funciona. Fui inclusivamente enxovalhada no mandato anterior, porque intervim, falei várias vezes da Tecnológica e nunca ninguém ligou, pedi documentação e não foi fornecida, tenho a consciência tranquila porque tinha pedido a documentação, fiz questão de pedir a auditoria porque nós não podemos querer discutir modelos de gestão e não podemos esquecer o passado. -----

-----O que é que aconteceu no passado e que faz agora um sócio estar a apresentar modelos de governação, sem a presença do sócio minoritário, a fazer reuniões? Isto não faz sentido nenhum. -----

-----Não concordo com os demais quando dizem vamos esquecer e passado o passando não interessa! Mas que medo de falar é esse? Não se falar na gestão, não se falar no passado, e só querer falar no futuro, são discursos que não levam a nada. Porquê? Porque não há órgãos de censura, não há contraditório, fica tudo na paz dos deuses. E então as pessoas vêm aqui como proposta várias, com vários modelos de gestão. Mas ninguém quer falar do que se passou, do que se passa. Comigo não contem para esse discurso! -----

-----Nós temos que falar do passado, para sabermos onde estamos, para saber para onde vamos. Porque é que há uma situação de crise? Porque é que há salários em atraso? Porque é que a escola não pode recorrer à banca? Somos todos amigos, somos todos compadres, primos! Um vereador ser gerente não parece certo! A Câmara que não quer, ou melhor não pode gerir, mas nomeia duas pessoas e controlar a participada, subvertendo à lei, não parece certo! -----

-----A Escola Tecnológica foi importante, deu cartas no passado na zona centro, foi pioneira, e hoje tem problemas e tem vários culpados. No passado a escola esteve politizada pelo PSD, até posso aceitar, sucede que algo mudou redondamente a partir de 2019, quando o ex-diretor-geral gerente João Marques se foi embora, e a Câmara era do Partido Socialista, nesta altura o Partido Socialista pela mão da Câmara quis tomar conta da Escola Tecnológica. O que fez! E para o efeito como já não havia mais ninguém ligado ao PSD que lhe fizesse frente pensou: “Eu quero tomar conta da Escola, agora é que o PS vai mostrar como se faz, e então a Câmara nomeia um gerente, que por acaso é do Partido Socialista, fazia ou fez parte da comissão política do PS de Pedrógão Grande, metem outro lá do Partido Socialista por sinal, Presidente dos Bombeiros, e o terceiro que não sei se era ou não do Partido Socialista, mas que referiu na ação de trabalho que moveu contra a Petroensino, ter sido convidado pessoalmente pelo Presidente Valdemar Alves (e num célebre episódio fez de taxista para trazer o Dr. Figueira à reunião do Executivo Municipal, depois de este ter perdido quórum) pelo que me palpita também ser do Partido Socialista. Isto é um facto e todos os anteriores gerentes tinham ligação ao Partido Socialista local. E o que é que eles, essa gestão fez? Segundo o relatório da auditoria e os auditores falam com as pessoas, funcionários e viram toda a documentação (e atenção que não fui o único a pedir a auditoria, muitos mais a têm consigo) existem alguns dados que gostava de trazer aqui porque estes permitem compreender onde estamos hoje, e para onde não podemos ir no futuro. Havia assim dois gerentes residentes, aqueles que estavam efetivamente no exercício das funções - Américo Rocha e Eduardo Moreira e um gerente de aparência ou mera titularidade do cargo, que era na altura o representante dos Bombeiros. A Escola era gerida por duas pessoas do Partido Socialista, e um outro contactado pelo Presidente da Câmara para ser gerente, o que é uma subversão àquilo que é a lei, a Câmara não pode fazer. Isto aconteceu e todos fomos coniventes com isto, e eles foram gerindo como quiseram. -----

-----Não Creio que fizessem intencionalmente algo para prejudicar a Escola, acredita que até que geriram com a melhor das intenções, mas não quer dizer que tenham gerido bem, antes geriram mal. Segundo a auditoria a escola apresentou resultados satisfatórios quer em termos económicos quer em termos financeiros, até 2018 o endividamento apresentava-se controlado, de 2018 a 2019 rendimentos aumentaram tal como os gastos, mas estes a um ritmo inferior, apurando-se um resultado líquido de 2019 de 148.000€, e com financiamentos no valor de 608 mil. De 2019 para 2020 os rendimentos aumentaram 4,9%, a despesa 30,7%, fechando-se com um saldo negativo de 133.000€; vamos de 20 para 21 houve uma perda de rendimentos de 1.2% negativos, mas os gastos continuaram a subir 13.9%, resultado um saldo negativo nesse ano 385.000 €. Passaram do endividamento de 608.000€ em 2019 para 1.280.000€. É por causa do passado que acho que a Escola hoje não pode recorrer à banca para se socorrer. Mas o que é que diz mais esse relatório, passaram em 2019 de 29 trabalhadores para 44 em 2021, 41 deles todos contratados sem termo. Três gerentes para fazer face ao Centro Qualifica, que era uma atividade temporária, foram logo contratadas pessoas para o Quadro. Mais se constatou a existência de equipas técnicas com seis técnicos administrativas, impondo a lei um técnico por equipa. Concluindo os auditores até, que existiram trabalhadores e custos nessas equipas superiores imputados à própria candidatura. Sim isto foi feito, foi auditado e é isto que leva ao atual estado de coisas. Diz também a auditoria que existiram atualizações salariais de conveniência, respeitando a prática que vinha sido implementada, pela Convenção Coletiva de Trabalho, com aumentos de 300€ de alguns trabalhadores sem fundamentação, “sucessivas atualizações salariais sem correspondência alguma, de qualquer acompanhamento, avaliação, desempenho sem habilitações académicas e outros sem tempo de serviço todas tomadas sem grande fundamentação” citando o relatório uma ata da própria Assembleia Geral onde um dos gerentes disse “os cargos criados e as horas remuneradas não alcançam os objetivos esperados, continuam as tarefas a ser desempenhadas pelas mesmas pessoas que em 2019, além de que existe pelo

menos um trabalhador que não cumpre horas contratualmente estabelecidas, não há registo biométrico para todos os trabalhadores". -----

-----É uma vergonha falar nisto! Quem tem responsabilidades? Os políticos responsáveis não querem falar nisto, querem esconder isto? Querem avaliar um modelo de gestão sem falarem no passado, para compreender o modelo gestão, têm que saber qual é o que vai acautelar os riscos, as práticas de má gestão que ocorreram no passado. Não estou a dizer que as pessoas tivessem feito de forma propositada, nem estou a falar de gestão danosa, estou até a falar de uma conjectura económica difícil, mas isto é má gestão. É certo que foi numa conjectura económica difícil, mas não é compreensível, ter uma atividade temporária e contratar alguém para um quadro, não acontece em lado nenhum! Mais, no relatório em 28 de dezembro de 2020 decidiu a gerência reduzir o horário de trabalho numa hora às sexta-feira, por coincidência em abril 2020 fizeram uma avença mensal com uma senhora ex-deputada, também do Partido Socialista, que não era advogada. Tudo sempre com a conivência com o Partido Socialista. Isso não é compatível com uma gestão prudente, não sabe se é mau se é bom, mas cada um que aprecie. -----

-----Mas estes dados são a parte da despesa, se formos à parte da receita constatamos ela decresceu, menos alunos, menos formados, estamos numa zona difícil de implantação, fraca densidade demográfica, com escolas a virem buscar os alunos aqui dentro. Relembro que avisei e denunciei no mandato anterior várias vezes a falta de vergonha que isto atingiu, ao ponto de os próprios gerentes à data, se andarem a acusar uns aos outros de má gestão, de conflitos de interesses, em vez de andarem preocupados efetivamente com gestão da Escola, andavam de costas viradas entre eles. Nenhum deles era o senhor Presidente dos Bombeiros a verdade seja dita. Todos estes conjuntos de factos não acontecem sobre uma gerência PSD, lamento, acontecem sob uma gerência do PS, e a responsabilidade recai também sobre os elementos que o compõem. Tenho que ser sincero e trazer o PS aqui à coação, isto é uma Assembleia Municipal não é para escondermos as coisas, é para serem faladas. -----

-----Não está a criticar os atuais gerentes, aquilo que disse aqui, já dissera várias vezes noutra sede e diretamente a uma pessoa que estima o Sr. Luís David (agora ele é político e lamento que esteja numa posição dessas, mas foi pelo próprio escolhida) faz um excelente trabalho pelos Bombeiros, agora não podia ter sido conivente com os atos praticados pela anterior gestão da escola e foi. Foi conivente com a gestão e permissivo a que a Câmara à data exercesse uma posição dominante, à custa da posição maioritária dos Bombeiros e isto tem que acabar. -----

-----Não tem dados para falar da atual direção da escola, agora a conjuntura que nos leva a hoje termos que redefinir o modelo para a escola, são efetivamente os graves problemas de gestão do passado, e interferência política na gestão da escola. Podia ter sido o PSD e ter corrido mal, mas não foi. E independentemente da cor isto não pode acontecer nós não podemos ter uma empresa com a importância que nós reconhecemos à Escola Tecnológica, a vacilar ao sabor daquilo que são as eleições, ao sabor de uma clientela, temos que ser honestos nisso. Mas para sermos sinceros, temos também se calhar que falar de números. A escola tem funcionários a mais, tem uma carga salarial que não consegue comportar, e é isto que tem que ser reduzido e tem que ser dito. Seis pessoas na tecnológica são um encargo anual, superior a um quarto de milhão. Falamos de seis remunerações, e eu não posso dizer isto? Posso é verdade é um facto. Não estou a dizer que se as pessoas ganham bem ou mal, estou a dizer que é uma carga neste momento para a conjuntura, que temos, para a capacidade que temos, que a escola tem, não é comportável, a escola não é uma instituição de solidariedade social, para termos bons vencimentos. As pessoas têm que ter um salário digno, mas na escola há coisas que não pode comportar, porque senão perdemos a escola, perdemos aquilo que ela representou no passado, aquilo que ela representa e que pode representar no futuro e mais, a anterior direção da escola e esta, agarraram e bem o “Centro Qualifica”, um trabalho meritório. Mas mesmo aqui abriram centro qualifica noutra de conselhos, pagaram rendas de milhares e nunca as abriram, contrataram pessoas sem termo e tiveram que as trazer para cá. -----

-----Entrando agora no presente isto é uma questão que tem que ser apoiada, e a Câmara Municipal esteve bem, apoiou o que tinha que apoiar, salvou o que tinha que salvar, e começou a falar como sócio. Mais, abriu o discurso, abriu aos representantes dos partidos políticos. Mais, outros sabiam menos, mas foi o início e

obviamente quem tem que decidir é os Bombeiros, quer queiramos quer não é o sócio maioritário. Os Bombeiros estão a fazer o seu trabalho, estão a iniciar o seu processo de uma maneira mais morosa, mas também tem o seu processo, tem sócios, tem associados, tem uma Assembleia Geral, tem que dar as suas justificações. -----

-----Agora não vou propriamente entrar, quais é que são o melhor modelo, uma coisa eu não tenho dúvida, primeiro é preciso uma solução definitiva para a escola, que não ande ao sabor das conveniências das políticas, seja de uma cor ou de outra, isso é extremamente absoluto. É fundamental dividir os dois principais ativos da Petroensino, aquilo que é o mobilizado os imóveis, o que disse o Dr. Patrício, e aquilo que é a Escola, Formação ou até o próprio “Qualifica”. Acho que sim, acho que para as questões da escola do ensino cooperativo, associação, tudo é possível. Agora acho que efetivamente nós não podemos correr o risco de hoje para amanhã haja insolvência, a banca ou um qualquer credor venha buscar o imóvel. Agora se a Câmara tiver a capacidade, e os Bombeiros tiverem a capacidade de pegar naquele ativo. A questão tem que ser frontal, o sócio minoritário não pode decidir nada sem o sócio maioritário e a Câmara está a agir bem. O Executivo trouxe aqui a questão à Assembleia, muito bem, não vou decidir absolutamente nada sem saber qual é a posição do sócio maioritário. Mais na reunião que tivemos das várias forças políticas, não foram só apresentados estes modelos, mas se os Bombeiros tiverem outro modelo, algo mais que queiram contribuir para resolver nós, e penso que a câmara também, está recetiva a discutir. -----  
É preciso uma solução estável e definitiva. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Professor **António Conceição Henriques David**, referiu o que o Dr. Rui Capitão disse “não ser uma instituição de beneficência”, pelo que salientou “que fique bem claro, para não misturarmos aqui conceitos, que a Santa Casa da Misericórdia, o corpo diretivo daquela instituição, está graciosamente, não ganha nada”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, explicou que não houve confusão absolutamente nenhuma, aquilo que falou, foi das cargas salariais dos trabalhadores que eram grandes, da contratação de trabalhadores e que a Escola não é uma instituição de solidariedade social, para pagar o que quer que seja, mas pautar-se por um critério de racionalidade, mas nenhuma comparação com a Santa Casa da Misericórdia. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.<sup>a</sup> **Maria Margarida David Lopes Guedes**, tomou a palavra e começou por afirmar que “a Escola Tecnológica é um património e uma instituição demasiado importante para o concelho e tem de ser preservada a todo o custo, até porque é o único estabelecimento com ensino secundário, e a sua perda constituiria mais um grave corte na educação concelhia. -----

-----Sobre o que foi dito anteriormente sobre a gestão da mesma, e sobre falar-se o passado, concordo plenamente. O passado ajuda a construir o presente. Contudo também é preciso dizer algumas coisas, primeiro é preciso agir-se com transparência e o documento de auditoria de que se fala e que há muito existe, não foi distribuído da mesma maneira. Eu não teria de o pedir. Deveria ter sido dado a conhecer, para que pudéssemos todos estar em igualdade de conhecimento, para nos pronunciarmos. Eu tenho-o, mas não por via do encaminhamento do Sr. Presidente e não tinha de o pedir. Segundo, se houve e certamente houve, pelo relatório de auditoria, não podem as culpas só serem imputadas a alguns, e somente ao PS como foi referido, pois a Petroensino e a sua ETPZP, já não estavam bem muito antes disso. No entanto, este Executivo já vai com quase dois anos de mandato, questiono porque não pôs em prática o sugerido na auditoria, porque só agora vem solicitar a resolução depois de terem feito várias operações por contra própria. -----

-----Quanto a mim, enquanto membro do ex-executivo, posso discutir esse assunto com toda a transparência, até porque me recusei a participar dessa gestão. Agora, enquanto líder de bancada do PS, solicito

transparência e bom senso na solução de viabilidade da Escola, e entendo que aquela instituição deve ter gestão profissional e redução de gastos, para eventual continuidade de laboração”. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raul José Piedade Baptista Garcia**, referiu que “como a Dr.ª Margarida e o Eng.º Nelson confirmam, disse mais que uma vez, enquanto vereador e continuarei sempre a dizer como Presidente da Assembleia Municipal, que quando os Bombeiros ficaram com uma quota da escola, e que de uma forma ou de outra, esse dinheiro foi para os Bombeiros através da Câmara, e como vocês os dois ouviram muitas vezes dizer-me nas reuniões de Câmara “quem paga manda” e quem paga é a Câmara Municipal. Por isso quem tem de mandar é a Câmara Municipal e eu não entendi e nunca vou entender porque é que a Câmara Municipal não manda. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Maria Margarida David Lopes Guedes**, disse concordar inteiramente com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, passou a esclarecer o impedimento de apoiar financeiramente e indiretamente a escola, por motivos legais, gostaria de relativamente ao procedimento que está a ser desenvolvido, está a ser também em conjunto com o sócio maioritário, isto é novo, eles também estiveram presentes nessa reunião, passando a palavra ao Dr. Pedro Patrício, dado ter feito esse acompanhamento. -----

-----O Dr. **Pedro Miguel dos Santos Patrício**, referiu e que pegando nas palavras Senhor Presidente, estas foram razões que fizeram com que se iniciasse um processo diálogo, explicar talvez um pouco como é que este processo surge, e porquê que se chegar agora com este assunto à Assembleia, não tem que ser para que tome uma decisão definitiva hoje, até porque tem que ser uma proposta fundamentada e algo que encaminhe aquilo que se vai propor ao sócio maioritário, e apesar do senhor Presidente da Assembleia dizer que “quem paga manda” mas quem pagou, não pagou diretamente e agora indiretamente e neste momento a Câmara não é o sócio maioritário e juridicamente não ser viável. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, referiu que “ há muitas maneiras de dar volta a isto, e o Dr. Patrício ouviu-me muitas vezes falar, enquanto vereador e desejar que o assunto se resolvesse do melhor modo, tendo inclusivamente sugerido algumas hipóteses. ---

-----O Dr. **Pedro Miguel dos Santos Patrício** “até posso concordar com que o senhor presidente da Assembleia diz, mas o que é certo é que nesta fase, o sócio maioritário não é a Câmara Municipal e enquanto não estiver nessa posição, está um pouco condicionado, pelo que é decisão do sócio maioritário, se bem que o sócio maioritário, não me parece que neste momento seja problema e dizer isto claramente, o sócio maioritário não é problema para a resolução deste assunto, neste momento não o é. Desde outubro que há uma série de reuniões, quer entre o executivo quer entre a gerência, elementos das diversas bancadas, eu próprio já estive em reuniões com corpos gerentes dos Bombeiros, para que se possa chegar a medidas de bom senso, e penso que será relativamente fácil de se atingir. Mas isto surge devido à situação financeira da empresa, a empresa como já foi transmitido é o que está nas contas. Sendo certo, não há a apresentação dum relatório que demonstre a situação financeira da empresa, ela é pública, tem vindo a apresentar prejuízos avultados nos últimos anos, vêm refletidos nas contas do Município, há cobertura de prejuízos identificados nos últimos anos, como disse o Dr. Rui Capitão e isso é público, e é do conhecimento da Assembleia. O que aconteceu durante o ano 2023, foi um esvaziar de tudo o que era recursos de tesouraria, a muito curto prazo. -----

----É cíclico, que nos inícios dos anos letivos, haja um atraso na entrega das verbas a estas entidades, sendo que este ano um pouco com a transição do “20/20” para o “20/30”, houve uma alteração da entidade gestora

destes programas, as ferramentas que permitem fazer a tramitação de todos os processos administrativos conducentes à transmissão dos verbos, atrasou significativamente. Até à data, e o que era espectável era que até novembro, limite em dezembro, fosse transferida para a escola, e ainda há uma semana, não tinha sido transferido. Claro que normalmente estas entidades, a forma como se salvagam, é através de recurso à banca, a banca financia a curto prazo, antecipa as verbas e depois com a entrada dos fundos é repostos. O que acontece é que a empresa estava em situação que esgotou a sua capacidade de recurso ao crédito a muito curto prazo, e em outubro a Câmara foi confrontada com uma posição de haver uma probabilidade muito forte, de a empresa não se conseguir manter, com agravante de haver projetos que é necessário fechar. -----

-----Explico também a questão do Contrato Promessa de Compra e Venda, que não foi celebrado e que acabou por não vir à Assembleia Municipal, e que já detalho com um pouco mais de pormenor: havia necessidade de injetar rapidamente, e esta mensagem foi transmitida em inícios/meados de outubro até ao final da primeira semana de novembro, havia de haver injeção de capital na escola, sobre pena dessa injeção não acontecer ir acumular um prejuízo de mais de 250.000€ na empresa, que numa situação crítica em que já está, poderia coloca-la logo diretamente, num processo de pelo menos pré-insolvência. Uma medida rápida a ser tomada e que foi tomada, fui com o senhor Presidente junto de todas as instituições financeiras, pois tinha de ser a curto prazo, e nessa reunião que tivemos nessa entidade, saiu o que seria um primeiro caminho rápido a tomar, era evitar que a pressão da banca, não transformar numa pressão maior e piorar o incumprimento bancário, aí é que a empresa entrava numa situação de colapso. A empresa, entretanto, renegociou o seu passivo a curto prazo, transformando a médio longo prazo, criando aí uma margem para que os sócios de alguma forma pudessem procurar outros meios, por forma a viabilizar a empresa. E o que a banca transmitiu é que a empresa não tem mais viabilidade, sendo certo que a empresa não tem condições, não há possibilidade para receber mais financiamentos, quer a a curto prazo, quer a médio longo prazo. Perante esta situação, a primeira necessidade urgente, e como vos disse há pouco, era injetar rapidamente dinheiro na empresa, e aquilo que foi decidido pelo sr. Presidente na sequência das reuniões, foi colocar tudo o que era indispensável. Entendeu-se que tudo o que era indispensável, foi transferido e é o que consta do contrato de promessa de compra e venda. Posso dizer-vos que a empresa foi o triplo do que foi transferido. Mas a posição da Câmara foi claramente que não, a Câmara não ia injetar e não ia transferir para a Empresa, sem qualquer tipo de controle, e apenas porque era um levantamento de necessidades, um valor mais avultado, daquilo que foi exigido, que fosse apresentada uma relação de despesas obrigatórias para garantir que os financiamentos que estavam em causa, que estavam contratualizados não eram perdidos. -----

-----Pode-se colocar a questão porque é que a Câmara Municipal o fez desta forma e não doutra, e é aqui que entronca na questão do senhor Presidente, estava a transmitir no investimento de apoio a empresas. A Lei 50/2012, impede que a Câmara possa fazer qualquer tipo de apoio, nem sequer pode fazer Contratos Programa, nem pode celebrar com a empresa, e neste momento é uma grande limitação. Quando falamos sobre os modelos de gestão, tínhamos de perceber o porquê de eles serem apresentados neste momento. Não havendo possibilidade de o sócio maioritário, porque também tem tesouraria condicionada, nem podendo a Câmara fazer o apoio diretamente, nem doutra forma, tinha-se de criar um mecanismo que permitisse rapidamente alocar a verba à empresa. Entendeu-se que a melhor forma, era fazer um Contrato de Promessa de Compra e Venda sobre o imóvel, sendo que este assunto teria de ser trazido aos Órgãos. Porquê que este assunto, não foi trazido aos Órgãos, porque contrariamente ao que foi a análise inicial à documentação, que foi trabalhada para a reunião de Câmara, apercebeu-se que apesar de existirem dois imóveis na matriz registados, em termos prediais, representa apenas um imóvel e o que tinha sido feito era um Contrato de Promessa sobre um dos imóveis registados na matriz, ora o contrato tornar-se-ia ineficaz. Adicionalmente a gerência da empresa veio informar que aquele imóvel tinha sido apresentado no âmbito de uma candidatura ao Centro Tecnológico, e que o facto de ele ser transferido para propriedade do Município, poderia criar alguns constrangimentos, e nesse sentido entendeu-se revogar aquele contrato, e neste momento a Câmara é credora da Empresa, o objetivo inicial foi garantido, que era garantir que a

Empresa no mínimo à data de hoje, ainda está em condições de poder moldar. -----  
-----Relativamente às questões da Gerência, e ao facto de na reunião que houve com os Partidos e que a Dr.ª Margarida Guedes referiu, que aquilo que um dos Gerentes referiu que tinham mencionado na receita, era de um milhão de euros que ia entrar até ao final do ano, valor que uma boa parte já estava comprometida para a banca, primeira questão. A segunda questão que o Orçamento da escola para 2024, e transmitido numa reunião, ronda cerca de, e se não estou em erro, dois virgula cinco milhões de euros e não resolve tudo. É preciso perceber a dimensão do orçamento anual da escola que é substancialmente mais elevado, do que aquilo que são as verbas que são transferidas, dos contratos que são celebrados com o Estado. -----  
-----Relativamente à necessidade de se definir um modelo de gestão, abracei isto como qualquer Pedroguesense abraçaria, trabalhando com a Câmara e na minha vida é hábito defender os interesses dos concelhos com quem trabalho, como se fossem meus, e entendo que aquilo é um investimento importante para o concelho e para a região, mas no caso em concreto para o Município de Pedrógão. E por um lado entendo, que a Escola precisa ser salvaguardada, por outro lado entendo, que se caso a Escola não possa subsistir e por alguma razão, mas que os imóveis devem ser salvaguardados, porque um imóvel daquela natureza, não sendo para aquele fim, poderá ter outro fim digno, do que ficar fechado e como há outros imóveis no concelho seria muito penalizador, para além de que se ia degradar, sendo que é um ativo importante para o concelho. Nesse sentido foram analisadas as várias opções e a primeira opção de vender, parece-me estar afastada, não é a opinião dos sócios nem do Executivo Camarário, e não estou a falar só da bancada do PSD, estou a falar de todo o executivo camarário, não é vontade vender a empresa, como também não é vontade do sócio maioritário, porque não há garantias que quem venha a adquirir a sociedade a seguir não a feche. Se há esse risco então afasta-se esta opção e parece-me que está afastada. Não havendo um processo de venda, mas há a necessidade de injetar rapidamente dinheiro, do mesmo modo que em anos anteriores e que permita à Escola subsistir. E o que a gerência tem transmitido é que 2024 vai ser muito melhor que nos últimos anos, mas da experiência que tenho não acredito que os resultados venham a ser ainda positivos. Há necessidade de fazer ajustamentos à gestão e daí ter transmitido no documento que produzi, que entendo que o valor a transferir para a empresa, terá que ser no mínimo aquele que permita cumprir com os contratos atualmente em vigor, bem como cobrir o desequilíbrio que exista neste ano letivo que está a decorrer 2023/2024. Caso contrário mais tarde ou mais cedo, volta o assunto a ter que vir aos Órgãos Municipais, para voltar a apoiar a entidade. -----  
-----Aquilo que se perspectiva e que me parece que é aceite perante todos os sócios da empresa que não é colocada em questão neste momento, é a intenção de haver uma Cobertura de Prejuízos, porque o Município não o pode fazer doutra forma, e o sócio maioritário acompanhará ou não acompanhará, em função das decisões dos seus Órgãos. Feita a Cobertura de Prejuízos e estabilizada a Empresa, há que decidir qual o modelo de governação, nem tanto o de gestão, mas o de governação e saber se se mantém a Empresa, ou se transformamos aquilo que é o ativo e escola e foi mencionado pelo Dr. Rui Capitão a segregação destes dois ativos, imobilizado e escola, se se mantém o ativo e escola dentro daquilo que é hoje a empresa, ou se procura outro modelo à margem, que permita ser mais ágil a relação entre esta Câmara e outros eventuais parceiros públicos que possam surgir, e poderá haver outros Municípios, com interesse em participar que acabam por poder apoiar de uma outra forma, que hoje não podem, e que nem este nem outro que venham a fazer parte do capital e por outro lado salvaguardar os imóveis de forma a que aconteça o que acontecer à escola, enquanto escola, os imóveis se mantêm em posse de entidades do concelho, seja apenas o Município ou sejam os atuais sócios da empresa. -----  
-----Estes dois modelos, sendo que em ambos se poderia colocar em questão a abertura a parceiros públicos ou a privados. Num modelo empresarial é muito complexo como parceiro público que possa entrar, porque obriga a visto do Tribunal de Contas e justificações e neste momento temos um problema acrescido que é a sustentabilidade da escola. Um Município que possa ter intenção de entrar para o capital da Empresa, tem que apresentar um estudo da viabilidade económica e financeira da empresa e neste momento não é nada favorável, não se podendo fazer junto do Tribunal de Contas a sustentabilidade da escola. Algo que será diferente apresentando com uma nova entidade e fazendo o estudo viabilidade económico e financeiro, para

aquilo que seja o futuro da empresa. Entrando um parceiro privado ou vários, a estrutura de capital da Empresa, pode-se transformar de tal forma que as forças vivas de Pedrógão Grande não conseguem controlar aquilo que é o futuro da empresa. Assim se atinge um valor de capital, que o Município não tenha condições de avançar, porque também não pode fazer aumentos de capital, sem que possa submeter ao Tribunal de Contas, corre-se o risco de o controle da escola deixar de poder ser feito pelas forças vivas de Pedrógão Grande, seja ela a Associação Humanitária seja ele o Município. Daí surgir a opção, e já acompanhei um processo de uma transformação de uma Escola numa Associação, sem surgir esta opção, terá que ser sufragada pelo TC, terá que ser apresentado um estudo de Viabilidade Económica e Financeira à Assembleia para que possa deliberar, um modelo associativo permite não só ao Município e à Associação Humanitária manterem-se ligadas à Escola, criarem-se sobretudo algumas defesas que garantam que a Escola não sai de Pedrógão Grande, que acho que deve ser uma premissa a defender, e permitem a entrada de parceiros privados e públicos diretamente. Claro que os públicos terão sempre que forçosamente se sujeitar ao TC, mas, entretanto, sendo aceite que a constituição e entrada de o Município de Pedrógão Grande, consecutivamente é um processo que quem tem intenção de entrar, quase que entra diretamente. É um processo apenas administrativo da Associação. Podem ser definidas quotas com algum valor, ou seja, a sustentabilidade de alguma forma, pode ser começada a ser garantida pelo facto dos sócios terem que participar com uma quota anual, que permita apoiar a gestão, e por outro lado se a Petroensino se mantiver como Empresa, mantendo os imóveis na esfera da Empresa e não desta Associação, é possível que a Empresa cobre rendas à Associação, que por sua vez financiadas pelos programas de apoio, o que hoje é impossível. A Escola está a pagar empréstimos sobre os edifícios, tem juros, tem que suportar, esses juros que não são viáveis, mas se o equipamento estiver cedido ou arrendado a uma terceira entidade, pode ser financiada essa despesa. Há aqui um conjunto de situações, que induzem a que a melhor opção possa ser a constituição de uma Associação, numa primeira fase ver qual é a posição dos sócios, da Petroensino, ou o imóvel. Se algum dos sócios entender querer manter a Petroensino como rendimento da renda, muito bem, sendo certo que, quase que garantidamente com cobertura de prejuízos, e sabendo qual é situação financeira da Associação Humanitária, sabendo que não tem a disponibilidade financeira que o Município, o Município acabará por ter uma participação maior na nova entidade. -----

-----Penso que com isto acabei por de alguma forma referir genericamente tudo o que foi mencionado pelos senhores Deputados, dizer apenas que nas parcerias, por exemplo, além de empresas e municípios há 3 CIM's que estão aqui muito próximas, e que se podem criar várias sinergias, quer com a CIMRL, como com a CIM da Região de Coimbra, quer com a CIM da Beira Baixa. A Escola acaba por estar num ponto geográfico, de reversão e ser um polo muito importante para a região, e penso que há condições dinamizar. Claro que terá que depois ser acompanhado, com ajustamento daquilo que hoje é o conjunto de receitas e despesas da empresa, mas como disse à pouco, a criação da Associação terá que ter o estudo da viabilidade económica e financeira, e esse estudo vai ter que demonstrar aquilo que é necessário ajustar, o que hoje é a realidade da empresa, e se tiver que haver despedimentos, terá que haver; se tiver que haver emagrecimento da carga salarial, pois que assim seja, mas é esse estudo da viabilidade económica e financeira que terá que ser apresentado forçosamente mais tarde, que irá demonstrar qual é o caminho a trilhar para aquilo que eventualmente seja, assim que seja a maioria dos sócios, o futuro da Escola Profissional enquanto eventualmente Associação". -----

-----Colocou-se à disposição para esclarecer alguma questão e "sendo que há total abertura para se falar inclusive qual é a posição neste momento da Câmara, da Direção dos Bombeiros, também estou a vontade para falar daquilo que foi já debatido em reuniões. Não há aqui qualquer divergência entre os sócios e acho que o caminho está bastante identificado, sendo que tem que se tomar decisões urgentes, porque a escola daqui a meio ano pode voltar a passar por aquilo que passou e se não tiver receitas, não tiver injeção de capital a muito curto prazo, voltará a ter problemas muito sérios, e quanto mais tarde estas decisões forem tomadas, mais complexo será garantir a sua continuidade. -----

-----Já foi conversado entre os sócios, e parece que neste momento algo que acaba por ser consensual entre os sócios, sendo certo que o sócio Município, ainda que o executivo venha decidir de uma forma e a

Assembleia terá que confirmar essa decisão, a possibilidade de haver criação de uma nova entidade que gera a escola, permite mais permissiva a apoios públicos, mantendo a empresa a gestão daquilo que é o parque imóvel que hoje existe, fazendo a sua gestão à nova entidade. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, começou por agradecer a exposição que fez e o trabalho desenvolvido, sendo do interesse de todos resolver, tal questão. Acrescentado que queria terminar com uma ideia já desenvolvida em reunião que houve com os Órgãos Sociais dos Bombeiros e ficaria pessoalmente muito o contente em ver a Câmara e os Bombeiros comproprietários dos imóveis, hoje pertença da Petroensino. Porque é uma associação que carece sempre de financiamento, os recursos que têm são escassos, e podendo os imóveis serem arrendados à escola cuja despesa é despesa legível, parte dos rendimentos gerados podiam ser canalizados para a Associação de Bombeiros (era até, por um lado, uma forma de agraciar e compensar aquilo que foi a posição daquele sócio durante estes anos). Era ainda uma boa imagem de união, à semelhança do que tem acontecido nesta casa, neste mandato, quando as causas parecem perdidas, alcançam-se sempre consensos em matérias importantes. Deixava essa questão da compropriedade para discussão e análise. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **António José Figueira Domingues**, referiu que “independentemente da decisão tomada, do modelo de governação, qualquer que seja o modelo, qualquer que seja a solução, ou eventual solução e modelo adotar, para mim está bem”. “Quero deixar um alerta, e que gostaria de tentar perceber se efetivamente é ou não necessário e possível manter o Número de Identificação Fiscal. Eu digo porque há candidaturas que estão em curso, ou por aprovar e algumas que eventualmente estão em sede de serem apresentadas ao Fundo Social Europeu, e naturalmente da Petroensino e não será viável ter outro número de Identificação Fiscal, o que poderia causar alguns constrangimentos futuros em sede das candidaturas”. -----

## **5. Propostas da Câmara Municipal: -----**

### **5.1.- Apresentação e apreciação da “Declaração de Compromissos Plurianuais, Pagamentos em Atraso e Recebimentos em Atraso à data de 31 de dezembro de 2023”. -----**

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação os Membros da Assembleia Municipal **tomaram conhecimento do teor do documento.** -----

### **5.2.- Apresentação, apreciação e votação da proposta do “Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situações de Emergência Social e Comprovada Insuficiência Económica de Pedrógão Grande”. -----**

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta do “**Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situações de Emergência Social e Comprovada Insuficiência Económica de Pedrógão Grande**”, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

### **5.3.- Apresentação, apreciação e votação da proposta da “Criação do Conselho Municipal da Saúde de Pedrógão Grande”. -----**

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl José Piedade Baptista García**, informou que a votação se efetua em urna e por voto secreto. Após a contagem dos votos segue, a: -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia, colocou à votação a proposta da “**Criação do Conselho Municipal da Saúde de Pedrógão Grande**”, nos termos do nº1, artigo 9º do Decreto-Lei nº23/2018 de 30 de janeiro, para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como representante das freguesias do Município de Pedrógão Grande, tendo sido eleito após escrutínio secreto o **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia, José António Dinis Henriques com oito (08) votos**; seguindo-se a **Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande Maria de Fátima Simões Neves**, com sete (7) votos e por último o **Presidente da Junta de Freguesia da Graça, Custódio José Carvalho Rosa**, com um (01) voto. -----

#### 5.4.- Apresentação, apreciação e votação da proposta da “**Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande**”. ---

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta de “**Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande**”, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

#### 6. Intervenção do Público. -----

-----**O município senhor Dr. Pedro Nunes** – disse “sempre apelei para a questão da floresta. Mas em termos práticos, não percebo o que se passa. Existem situações ridículas de dois a três hectares, encontrei zonas de dois mil metros, mil metros, não sei quantas plantações de árvores diferentes, e pastagens e quais os rendimentos, não há. Fiquei perplexo quando perguntei a uma pessoa que vai definir o futuro do concelho, “e depois de 20 anos, quem gere?”, que me respondeu, “não sabemos”. Qualquer produtor florestal que está aqui, mesmo os que apostam nos eucaliptos, fazem no mínimo de 20 a 25 anos, e a perspetiva que nos dão, é que nem a 20, e que dão dois cortes, o 1.º corte é para o trabalho do terreno, só no segundo corte é que paga o investimento”. -----

-----Nas reuniões em que participei e como Membro da Casa de Pedrógão Grande em Lisboa, a FlorestGe, referiu que vai ser decidida em conjunto, e vamos a ver e está tudo decidido. Agora é uma questão partidária, não fui eu que escolhi. Quem vai pagar esta conta são os proprietários florestais, o que vai acontecer, acabam as fábricas, acabam os madeireiros, as limpezas vão ser ganhas por empresas de fora. -----

-----Há pouco falavam que uma das formas de controlar a vegetação era através do ensombramento, afinal querem espaçar ou reduzir o espaço entre árvores? As celulosas até têm pouco espaço, para reduzir o crescimento dos matos e terem o terreno limpo. Isto é para acabar com os pequenos proprietários. Este processo ainda pode ser reversível ou melhorado?” -----

-----**A município senhora Dr.ª Sofia Neves**- referiu “Vou pegar nas palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu à pouco quem paga manda, este é o Princípio. Por essa razão quem paga manda, quem está a pagar à FlorestGal é a Câmara Municipal, logo é a Câmara Municipal que manda nisto tudo. E pior é que os técnicos da FlorestGal vieram cá, e disseram “o processo está rígido, tem de ser flexível, e disseram à tutela e olharam para o Executivo da Câmara Municipal e ficamos ainda pior. Porque verificamos que até a empresa acha este processo rígido e não vê uma atitude do Executivo em relação à tutela, para tentar flexibilizar. Como quem paga manda, quem comprou os terrenos manda neles e como temos estas não respostas, sejamos objetivos, se temos 1 hectare de eucaliptos e sabemos a rentabilidade, entre 5 a 8

mil euros, dependendo da produção, mas sabemos a rentabilidade. Portanto questionamos a empresa, questionamos o Executivo e ficamos sem respostas, e falam em cento e sessenta euros por ano, vezes dez anos dá mil e seiscentos euros por ano. Logo perdemos pelo menos cinco mil euros, hectare/ano. Todos nós fazemos essas contas, já que no executivo ninguém se preocupou em fazê-las, e não são difíceis de fazer. Por isso o “Princípio”, de quem paga manda, eu não vou assinar contrato, com estas dúvidas e não fomos esclarecidos. -----

-----Ainda agora fomos atingidos pela faixas de 126 metros do ICNF, esses pelo menos pagam, nem que seja pouco. Estamos a ser estrangulados, ICNF de um lado, OIGP, um dia destes não sabemos o que temos. -----

-----O Sr. Professor disse, que quem não limpa prejudica. Esta semana estivemos no local com a FlorestGal numa propriedade com 15 hectares para arrancar. Precisamente ao lado, o nosso vizinho que está para Lisboa e após o incêndio nada fez. E eu perguntei ao professor, qual é o princípio dos eucaliptos limpos serem para arrancar, e do outro lado da estrada, os eucaliptos por limpar um verdadeiro bosque, não terem de arrancar. Eles olharam uns para os outros e disseram que “o projeto foi feito no gabinete”, e tiraram umas fotografias. -----

-----Hoje ainda fiquei mais preocupada, porque o Sr. Professor disse, que não se podia mexer no mapa porque iria embulhar tudo. Se havia alguma ilusão sobre as alterações, acabou-se. Reclamámos no período de discussão pública e até hoje não houve resposta. -----

-----Apelo ao executivo, e o que nos foi dito, que ninguém entra no terreno sem falar com o proprietário, o Executivo que faça um edital, assumo e assinem todos e nos comuniquem isso. Porque a partir do momento que isso passe para escrito, nós deixamos de cá vir. -----

-----O Sr. Presidente disse que há proprietários que estão de acordo. É verdade, são os que alugaram, contratualizaram os terrenos às celuloses. Temos um vizinho que também não tem limpado, e o dele não é para arrancar. Falamos com ele e ele disse que tinha contratualizado com as celuloses há uns meses. -----

-----O que eu requeiro a esta mesa, e que fique na ata, quem fez este polígono? Não queremos saber de política, queremos saber quem foi o técnico que fez o polígono. O polígono foi feito por quem não percebe de floresta, tal como à semelhança do solicitado pelo Deputado Dr. Rui Capitão, essa também é a nossa questão. Foi feito e deixado as celuloses de fora. Apelamos à sensibilidade do executivo, que já recebeu algum dinheiro no âmbito deste projeto, mas pouco, mas que ponderem todo este processo, até porque poucas alterações vão poder ser aceites, e se efetivamente querem acabar com a floresta no norte do concelho”. -----

-----**O município Sr. António Neves Henriques, “Quero agradecer à Mesa, a tolerância para falarmos. ----**

----Percebeu-se a posição da empresa da FlorestGal, e que se constatou, não responder a pergunta nenhuma. Nem sobre a sustentabilidade económica. Irem ao terreno e fazerem promessas que não acredito, e estão a criar divisão, desde o início até hoje. Também não respondeu à flexibilidade da troca da ocupação floresta. Nunca foram transparentes, convocam uma reunião e não cumpriram com os pontos da agenda. O objetivo é transferir a floresta dos privados para a FlorestGal, mas não se pode fazer sem falar, dialogar, isto é uma expropriação sem pagar nada. Quando se diz reduz-se os eucaliptos em 500 hectares, são 600 a 800 hectares, porque quando vão a uma propriedade, retiram para uma linha de água, depois metem no meio uma mancha de carvalhos no meio dos eucaliptos, depois em cima vêm as faixas das pastagens melhoradas. Fatiam a propriedade e a propriedade perde-se, porque sobra uma pequena parte de eucaliptos, mas tem de haver sustentabilidade económica, social e ambiental. -----

-----Não podemos esquecer após os incêndios da década de 90, que foram os eucaliptos que deram o rendimento, uma vez que os pinheiros demoravam 40 anos. Pensar fazer estes mosaicos é arruinar a floresta.

-----Os baldios da Ervideira, passaram para o privados, estão geridos, e agora voltam para o privado. O Sr. Presidente disse que partia do princípio que falava com pessoas de bem, não tenha dúvidas, agora da minha parte digo, e assumo, o processo para nós nunca foi transparente, a apresentação pública deveria ter sido feita antes da discussão pública, porque havia a possibilidade de discussão, manda uma folha para as pessoas fazerem as perguntas? Somos crianças? Tem de haver diálogo aberto. Foi assinado acordo com o Ministério

da Coesão do Pinhal Interior, se existe sobreposição com a AIGP? Estamos a eliminar 500 ou 600 hectares de floresta. As árvores de crescimento rápido captam mais CO2. Quem defende a floresta?” -----

-----**O município Sr. Manuel David Antunes**, disse: “Não concordo com este projeto, porque foram a um terreno meu, eu assumi cortar as árvores se a Câmara cedesse uma máquina para plantar medronheiros. O Sr. Presidente disse que sim, e na semana seguinte disse que não. Foram nas minhas costas e cortaram as árvores e moeram a madeira para o chão, tenho fotografias. Mande-i-lhe carta registada sobre a madeira que me destruiu no valor de 4500 euros e não me deu resposta. Mas o Sr. Presidente vai dar-ma em frente ao Juiz, lá conversamos. E no que é meu, nem mais um milímetro. Eu vou repor o que tirou, e pode pôr-me em tribunal. E que como “Quem paga é quem manda”, fiz em 2012 projeto, paguei, tirei licença ao ICNF. Em 2017 ardeu, perdi 20 a 30 mil euros, mas o problema é meu, agora vocês não mandam naquilo que é meu, não entram, e ainda fui ameaçado pela eng. florestal desta Câmara, e a GNR notificou. Se alguém entrar sujeitar-se às consequências do que acontecer. Eu não tenho nada a perder. Estou a avisar”. -----

-----**A município Sr. D. Jéssica David** disse: “Em primeiro lugar acho muito mal o Sr. Presidente deixar a FlorestGal ir embora, e não terem ficado até ao fim para responder às nossas perguntas. -----  
----Em segundo lugar, no que foi dito não houve qualquer transparência relativamente a este assunto, começando por apelar às pessoas para fazerem BUPI, sem dizer qual era objetivo, a verdade era atingir os 50% do cadastro registado, sem isso nada feito, porque não disseram isso às pessoas? -----  
---Em terceiro lugar, porque querem reduzir em 50% a área de eucalipto, que está no projeto, e não há abertura para alteração pelos autores do projeto. Mas se estivessem aqui os senhores da FlorestaGal podiam dizer se está previsto um ponto no PRR que refere que a reposição de solos em áreas de povoamento de eucaliptos, em produção com mais de 30 anos, pode haver corte arranque de cepos e plantação de eucalipto em 75% dessas áreas, podendo reduzir 25%. Porque definir 50% a redução? -----  
----Na zona norte do concelho vai ser colocada uma nova antena de telecomunicações, gostaria de saber o local”. -----

-----**O município Sr. Francisco David** disse: “Tenho uma propriedade e fizeram uma faixa de 14 metros, quando devia a faixa ser 10 metros, mandei um e-mail ao Sr. Presidente da Câmara e só passado 2 meses responderam, e nada do que eu questionei, não sei se é hábito. Não tem rumo. Cortaram madeira onde estava mais a corte. E eu tinha apenas dez dias para tirar a madeira. Passado 8 dias tiraram a madeira, mas a rama ficou 2 meses. A rama não tem perigo de incêndio? É isto os interesses da Câmara? Não responderam. Ou não sabem ler ou são irresponsáveis. Quem é o responsável? Isto é uma casa mal-arrumada”. -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Ferreira Lopes**, disse “há um conjunto de questões técnicas e eu confesso, não consigo responder”. Tomarei a iniciativa de as endereçar ao Senhor da Florestgal. -----  
----Relativamente às questões das faixas, são problemas criados pelas empresas que fazem estas faixas de gestão de combustíveis. Infelizmente acontecem todos os dias, cortam árvores que não devem, estragam marcos, roubam a madeira. Existem dificuldades de fiscalização”. -----

-----**O município Sr. Manuel Neves** disse: “Após os incêndios de 2017 houve vários problemas devido à falta rede de telecomunicações, em 2024, continua a haver problemas da rede de telecomunicações. Deveriam preocupar-se com isto e não em arrancar eucaliptos”. -----

-----**O município Dr. Pedro Nunes** disse: “Estamos a ser habituados a não ter respostas, o que é mau. ----  
----A respeito ao condomínio da aldeia, não fui ao Pobrais. Relativamente ao Conhal, fui contactado, mas não assinei, mas disse para avançarem, e acho que começa a ser mais do mesmo, a intervenção deveria ser

em toda a volta da aldeia, tem intervenção de 1 quarto da circunferência, porá o lado nascente não pertence ao concelho e a parte sul não foi intervencionada, o que é que se protege, fiquei estupefacto, vão cortar, mas não vão lavar. Que árvores vão nascer e crescer. Os castanheiros vão crescer? Já perdi o rendimento. Houve uma expropriação sem expropriar. Gostaria que enviassem as respostas para o meu e-mail. -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Ferreira Lopes**, disse: “A vodafone anda à procura de terreno no norte do concelho, e que a do Coelhal é da MEO Altice e esta para começar a construção”. -----

-----**A municipal Sr. D. Jéssica**: disse “O meu pai enviou e-mail e passado dois meses recebeu um resposta com uma copia do edital sobre as distâncias das árvores. As árvores foram roubadas, o corte foi excessivo, quem fiscaliza e quem assume o prejuízo, quem o paga. E não há resposta”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**: disse “Quanto às questões apresentadas e partilho da mesma opinião dos proprietários, considerando que parte das respostas foram enviadas. Há falta de um compromisso escrito da FlorestGal, do que vai e não vai fazer, do que se pode e não pode fazer. É um processo novo, recente, é um processo onde podemos na verdade questionar se não haverá uma expropriação encapotada! Acho que é uma questão muito sensível e que o Executivo da Câmara não pode descurar e deve analisar ponderadamente. -----  
----Agora as pessoas e a questão da propriedade é algo muito complicado. Após o fogo de 2017 as pessoas davam tudo e deixavam tudo, passado um ano e com a execução da limpeza das primeiras faixas já queriam linchar o anterior presidente de Câmara. As pessoas mudam, faz parte da vida. A propriedade privada sempre foi muito delicada. Há que explicar no terreno. Agora ninguém parte de um mapa de 2018 para fazer um plano passado cinco anos, o que me faz aconselhar o executivo a repensar este plano e a ter cautela. Os proprietários é que gerem, limpam, vivem e votam. -----

-----**O municipal Dr. Pedro Nunes** “Acho que este processo deveria ser suspenso, este assunto é demasiado sensível e deveria ser marcada uma Assembleia extraordinária só para debater este assunto” ----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr<sup>a</sup> **Maria Margarida David Lopes Guedes**, disse: “ Sr. Presidente aqui á dias, o Senhor referiu que o processo estava suspenso, é bom que suspenda, isto é muito difícil, a FlorestGal hoje não esteve bem, veio e deveria ter respondido, nós não sabemos tudo, devemos ser honestos naquilo que não sabemos, olhar pensar. Deve cuidar desse processo e olhar para ele com cuidado, e achar se não vale a pena perder algum dinheiro, do que levar com este modelo”. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl José Piedade Baptista Garcia**, referiu não haver mais intervenções, colocando a votação a aprovação da Ata da presente sessão, por minuta para efeitos imediatos, na sua globalidade e não ponto por ponto. Foi **aprovada por unanimidade**. -----

----Seguidamente agradeceu a toda a equipa de apoio para a concretização da Assembleia Municipal. Despedindo-se, deu por terminados os trabalhos, às vinte e três horas e trinta minutos. -----

-----Foi lavrada a presente ata e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

---

O primeiro-Secretário da Assembleia Municipal

---

O segundo-Secretário da Assembleia Municipal

---